

JOÃO BATISTA PIRES

POLOS CULTURAIS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO:
continuidade, ruptura e a ideia de descentralização cultural.

CELACC/ECA-USP

2014

JOÃO BATISTA PIRES

POLOS CULTURAIS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO:
continuidade, ruptura e a ideia de descentralização cultural.

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em
Gestão de Projetos Culturais e Organização de
Eventos produzido sob a orientação da Prof^a Dr.^a.
Cláudia Fazzolari.

CELACC/ECA-USP

2014

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Cláudia Fazzolari: pelo comprometimento e dedicação.

Aos professores e colegas do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Gestão de Eventos: pelo aprendizado e momentos compartilhados.

Ao Coletivo Misturaê, Kamila, Simone, Janaína, Daniela, Juliana, Livia e Maitê: por todo ensinamento.

À Geisa Tanganeli Pires: pela motivação e carinho.

À Bárbara Luísa Fernandes Pires: pela inspiração.

RESUMO

O objetivo deste artigo é verificar a validade da tradução de políticas públicas da área cultural, no momento em que diagnósticos e ações são reelaborados e implementados em contextos históricos e tempos sociais distintos. A partir da análise da ideia de descentralização cultural presente na ação Polo Cultural, da Secretaria de Cultura do Município de São Bernardo do Campo, se discutirá a filiação conceitual e programática à tradição inaugurada pelo conceito de Cidadania Cultural, de Marilena Chauí. Ao propor metas e identificar os atores sociais envolvidos, públicos ou privados, por meio de expressões formalmente próximas àquele programa original, o Polo Cultural é apresentado como possibilidade de continuidade natural de ação programática. De fato, a ação municipal, ao ser elaborada e materializada em uma realidade política e cultural distinta, resulta em um programa de natureza diversa e até mesmo contraditória à matriz teórico-conceitual de sua filiação original.

Palavras-Chave: São Bernardo do Campo; Polo Cultural; Política Cultural; Cidadania Cultural.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es comprobar la validez de la traducción de las políticas públicas del área cultural, desde el momento en que diagnósticos y acciones son reelaborados e implementados en tiempos sociales distintos. Partiendo del análisis de la idea de descentralización cultural presente en la acción Polo Cultural, de la Secretaria de Cultura del Municipio de São Bernardo do Campo, se discutirá la filiación conceptual y pragmática con la tradición inaugurada a partir del concepto Ciudadanía Cultural, de Marilena Chauí. Al proponer metas e identificar los actores sociales envueltos, ya sean públicos o privados, por medio de expresiones formalmente próximas a aquel que fue programa original, el Polo Cultural es presentado como posibilidad de continuidad natural de acción pragmática. De hecho, la acción municipal, al ser elaborada y materializada en una realidad política y cultural distinta, resulta en un programa de naturaleza diversa e incluso contradictoria a la matriz teórico-conceptual de su filiación original.

Palabras-Clave: São Bernardo do Campo; Polo Cultural; Política Cultural; Ciudadanía Cultural.

ABSTRACT

The purpose of this article is to verify the validity of translating public policies of the cultural area, at the time that diagnostics and actions are newly redesigned and implemented in distinct historical contexts and social time. From the analysis of the idea of cultural decentralization set in the Polo Cultural project, held by the Culture Department of the city of São Bernardo do Campo, it will discuss the traditional and programmatic meaning which follows the concept of Cultural Citizenship created by Marilena Chauí. To propose aims and identify public and private social agents involved, by expressions formally near to the original program, the Polo Cultural project is presented as a possibility of a natural continuity of program activity. In fact, the municipal action, when formulated and materialized into a distinct political and cultural reality, results in a diverse and even contradictory project in opposition to the theoretical and conceptual framework of their original enrollment program nature.

Keywords: São Bernardo do Campo; Polo Cultural; Cultural Policy; Cultural Citizenship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CIDADANIA CULTURAL	11
2. DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO	17
3. CONTINUIDADE E RUPTURA: DIAGNÓSTICOS DISTINTOS, DESDOBRAMENTOS SOCIAIS CONTRADITÓRIOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
BIBLIOGRAFIA	36
ANEXOS	38

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade a análise crítica da utilização do conceito de descentralização cultural presente na ação Polo Cultural, realizada pela Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo. A ação coloca-se como pertencente a uma tradição de princípios lançados para a gestão pública no setor cultural, em especial àquela assentada no conceito de Cidadania Cultural, realizado pela Secretaria de Cultura do Município de São Paulo sob a visão da filósofa Marilena Chauí. Definido como uma Política Cultural para a transformação da Cultura Política, o conceito de Cidadania Cultural propunha ampliar o campo de ação cultural do órgão público a partir de uma visão antropológica de cultura, de uma elaboração coletiva de símbolos, valores e práticas de diversos grupos sociais, para além, portanto, das atividades culturais vinculadas à produção das chamadas belas-artes. Essa busca da realização da Cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação teve na descentralização das práticas artísticas e culturais em direção às diversas regiões da cidade um de seus mais importantes instrumentos (CHAUÍ, 1992: s. p.). Por recusar a crença na existência de uma desigualdade cultural e social instalada como valor refletido da diferenciação espacial entre centro e periferia, propunha superar esta dualidade por uma visão cosmopolita e democrática das paisagens, bens e formas de intervenção cultural, e rompia assim com a hierarquização das diferentes atividades artísticas e culturais – que opera em escala na sociedade, partindo das belas-artes, seu ápice, até chegar às artes populares, sua base. Como negação de privilégios e exclusões, e por assumir a cultura como trabalho de criação, a descentralização cultural como ação de política cultural permitiu a aparição no cenário cultural do município das práticas culturais de uma importante parcela da população, historicamente excluída, como culturalmente legítimas. Ao retirar o véu que naturalizava posições entre centro/periferia e belas-artes/arte popular para compreendê-las como construções históricas da sociedade, revelava o funcionamento dos mecanismos que justificaram e consolidaram diferenças sociais, geográficas, econômicas ou culturais como desigualdades de valor e se posicionava assim como ferramenta central para a mudança da Cultura Política que o conceito de Cidadania Cultural pretendia alcançar.

Compreender, de acordo com o pensamento do crítico inglês Raymond Williams, que um conceito, para além de uma “totalidade estruturalmente uniforme e estática de noções”, pressupõe “que suas próprias estruturas internas são muito complexas e devem ser renovadas,

recriadas e defendidas de forma contínua” (WILLIAMS, 2011: pág. 52), significa dizer que um conceito é sempre uma unidade concreta, cravado na história da sociedade, na qual seus elementos se organizam e se estruturam “como produção de significados e valores, um processo de produção e reprodução de ‘todo um modo de vida’, que dá sentido, através da articulação da experiência, às forças sociais que movem esta mesma história” (WILLIAMS apud GLAZER, 2008: p. 14). Um conceito não pode ser encarado como isento de variações ou contradições por se encontrar em uma posição exterior aos acontecimentos, interesses e disputas sociais, para desta posição de sobrevoos atribuir os significados que organizariam os valores da sociedade.

Como unidade concreta, um conceito só adquire significado ao ser compreendido como um momento necessário, e não como o ponto de conclusão, extrínseco ao processo que revela a trama complexa dos elementos sociais, econômicos, políticos e culturais que compõe qualquer sociedade histórica. A legitimidade dessa organização de ideias subsumidas em um conceito, dado em determinado recorte espaço-temporal, se baseará nos movimentos de luta entre preservação e mudança dos valores e significados cotidianamente vividos, seja através da tentativa de reprodução do significado vigente, como manutenção de um campo de significação que pode não mais corresponder ao momento histórico presente, mas que ainda assim sobrevive graças à força da tradição constituída e das instituições criadas no momento anterior; ou então, ao contrário, como sua tentativa de expansão e alteração, por meio de uma atualização do conteúdo do conceito ao longo da história, cuja mudança acompanha as transformações da sociedade humana (GLASER, 2008: p. 50). Em toda sociedade, afirma Williams, existe uma estrutura de significação e valoração dominante que organiza a experiência cotidiana, mas que, em razão da natureza não estática de seus termos como essa unidade concreta, abre-se às críticas, à reinterpretação e, conseqüentemente, à possibilidade de sofrer mudanças.

Essa pesquisa analisará a proposição do conceito de Cidadania Cultural, de Marilena Chauí, como fundadora de uma tradição de política cultural para a gestão pública; o campo teórico ao qual esta proposição se integra e a posição que a ideia de descentralização cultural ocupa dentro da ação Polo Cultural estabelecida no município de São Bernardo do Campo. De posse dos elementos coletados nesse primeiro momento da análise, será possível discutir o Polo Cultural à luz de sua matriz conceitual, ou seja, as ações da gestão da Secretaria de Cultura de São Paulo entre os anos de 1989-1992, para que se verifique o modo de tradução e

de recepção de modelos de política pública do setor cultural quando realizadas em distintos contextos históricos e socioeconômicos. Por apresentar elementos estruturalmente próximos ao conceito de Cidadania Cultural, a ação Polo Cultural de São Bernardo do Campo reivindica uma filiação programática natural àquele conceito. Os modelos, no momento em que são elaboradas as prioridades do gestor público na forma de programas e são aplicadas em paisagens com contextos sociais, políticos e culturais distintos daqueles em que foram formulados e se deram originalmente, como reflexos da disputa travada na sociedade histórica entre manutenção e mudança de seus significados, geram ações conflitantes e por vezes contraditórias com a própria matriz cultural a que pretendiam acionar como desdobramento e continuidade de propósitos.

1. CIDADANIA CULTURAL

A definição das principais linhas que compõem o conceito de Cidadania Cultural, as circunstâncias históricas, políticas e sociais em que foi proposto e realizado, o balanço do período em que esteve à frente da Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, entre 1989 e 1992, são realizados pela filósofa Marilena Chauí principalmente em dois documentos: o primeiro, ainda como Secretária Municipal de Cultura, com a publicação do caderno *Cidadania Cultural em Ação 1989-1992 – Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos*, livreto de prestação de contas da administração municipal que traz o texto de Chauí, *Uma opção radical e moderna: Democracia Cultural*; posteriormente, com o artigo *Cultura Política e Política Cultural*, do ano de 1995, escrito em um momento em que o conceito já se consolidava como referência de políticas públicas para a área cultural. Neles, além de descrever os cenários político, administrativo, ideológico e cultural herdado e o registro das ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura naquela gestão, Chauí também analisou alguns fatores históricos que constituíram a atual sociedade brasileira como formação autoritária, conservadora, incapaz de garantir direitos civis básicos da maior parte de sua população. Em seguida, sobre estas reflexões, a autora desenvolveu uma série de proposições de natureza política e cultural que serviram de orientação à Secretaria Municipal na consecução de uma política pública, cujos programas e ações priorizaram a democratização cultural e a constituição da cultura como um direito, colocando-a assim numa perspectiva de intervenção transformadora naquela realidade descrita.

À parte a diferença de tom de um artigo para o outro – o primeiro, com uma narrativa mais militante, de forte teor político, escrita no calor dos acontecimentos aos quais deveria dar resposta; o segundo, de natureza mais analítica, com o distanciamento reflexivo que o tempo impõe –, nenhum dos dois artigos deixa em segundo plano a profundidade da reflexão e a coerência no trato dos elementos dos quais faz uso para a construção do conceito de Cidadania Cultural, percebida desde a opção da epígrafe do texto de 1992, que reproduzia o artigo 15 da “Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789¹. Essa referência, mais que uma ilustração daquilo que o documento oficial propunha naquele momento, anunciava a presença da ideia dos direitos do homem como um valor estruturante e

¹ “A Sociedade tem o direito de exigir a prestação de contas de todo agente público de sua administração”. (Artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão)

orientador para as ações que o administrador público pretendia propor ao conjunto da sociedade. Esse entendimento se confirmaria durante a leitura dos dois artigos. Para uma administração que participa de “uma perspectiva democrática, as prioridades são claras: trata-se de garantir direitos existentes, criar novos direitos, e desmontar privilégios”, como afirmava o texto de 1992. Com isso, definiu-se a postura que a Secretaria Municipal atribuiu à cultura na “sociedade de classes, na república e na democracia” (CHAUÍ, 1992: s. p.), como um instrumento no enfrentamento da “incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei contida na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (CHAUÍ, 1989: p. 46), característica da sociedade autoritária brasileira. A Cidadania Cultural teve entre suas tarefas, portanto, a missão de revelar as contradições que a divisão social das classes tenta naturalizar, o que “significa que tomará a cultura como um direito do cidadão e, em particular, como direito à criação desse direito por todos aqueles que têm sido sistemática e deliberadamente excluídos do direito à cultura neste país: os trabalhadores” (CHAUÍ, 1992: s. p.).

Neste ponto, é necessário, para uma melhor compreensão do conceito, que nos detenhamos na análise mais detalhada do contexto em que é formulada a ideia de Cidadania Cultural e o desdobramento da diretriz “cultura como um direito” em programas e ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de São Paulo, em especial a noção de descentralização das ações culturais, objeto de investigação junto à ação Polo Cultural em São Bernardo do Campo.

Marilena Chauí inicia texto *Cultura Política e Política Cultural* afirmando que naquele período, entre 1989 e 1992, pela primeira vez na história a cidade de São Paulo acompanhava um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, com seus quadros e programa de origem popular e sindical, promotor em grande parte pela redemocratização do país (CHAUÍ, 1995: p. 71), como o responsável por administrar o grande centro ideológico e financeiro da nação. Numa cidade “polarizada por carências profundas e privilégios cristalizados” (CHAUÍ, 1992: s. p.), definir o campo político por um viés de esquerda, formado na luta popular e trabalhista, implicou ao gestor público tomar decisões que obedecessem à exigência “da definição de prioridades voltadas para as carências e demandas das classes populares e a invenção de uma nova cultura política” (CHAUÍ, 1995: p. 71). Na área cultural, isso significou a recusa do estabelecimento de um programa de atividades culturais ou de entretenimento e a opção pela construção de uma política cultural que fosse “além do campo clássico, definido no século

XVIII, da cultura identificada com as belas-artes e caminhar para a efetuação simultânea da política cultural e da cultura política” (CHAUÍ, 1992: s. p.). A política cultural não esteve mais apartada do restante dos programas do novo governo, como um ornamento decorativo e supérfluo, mas em acordo com a decisão que defendeu como prioritária a perspectiva democrática de “garantir direitos existentes, construir novos direitos e desmontar privilégios” (IDEM, *ibidem*). Assim como as outras áreas de governo, como habitação, saúde ou educação, a cultura definiu-se como um dos instrumentos responsáveis pela construção de uma nova cultura política, capaz de interferir e modificar normas, valores sociais, econômicos e ideológicos que dificultaram historicamente o avanço social e de direitos, principalmente entre as classes populares.

Os programas e ações da Secretaria de Cultura do município de São Paulo foram concebidos assim sob o conceito de Cidadania Cultural, para o qual a criação, circulação e o acesso aos bens culturais eram colocados como um direito da população. Recusando a ideia de política cultural como a administração de um conjunto de atividades de lazer e entretenimento, o conceito entendeu cultura como direito de produzir cultura, participar das decisões do fazer cultural, usufruir dos bens culturais, ter acesso à formação cultural e artística e a espaços de reflexão e debate. A Cidadania Cultural foi uma opção pela democratização da cultura que, para traduzir-se de fato em instrumento para a construção da nova cultura política, numa cidade com as dimensões e a diversidade territorial e humana como São Paulo, precisou recuperar o significado da participação da sociedade nas decisões da coisa pública. Como um modo de mediação das relações entre o Estado e a sociedade, estimulou a criação de círculos e núcleos de discussão sobre os rumos a serem seguidos pelas políticas públicas, invertendo a lógica de personalização e centralização do poder.

Cidadania Cultural, portanto, representou um conceito inseparável da nova cultura política que a administração do Partido dos Trabalhadores buscou implementar para fortalecer nos indivíduos, grupos e classes a ideia de que são sujeitos sociais e políticos e que as carências, opressões e exclusões que sofreram na maior cidade capitalista do país, não tiveram origem natural ou divina, mas foram construções históricas, consolidadas. Para tanto, foi necessário “introduzir a prática da participação, prática que definirá as relações do governo municipal com a sociedade” (CHAUÍ, 1992: s. p.). Mas “pretender ser espaço de representação e de participação dos que trabalham na criação dos símbolos que constituem a cultura, e o espaço de encontro para os que desejam fruir bens culturais como criadores de

símbolos” (IDEM, *ibidem*), como propunha a Cidadania Cultural, correspondeu a enfrentar duas fortes tradições que se desdobravam uma na outra e que formaram o ideário daquilo que constituiu o papel atribuído a uma Secretaria de Cultura: a modalidade da política pública de cultura determinada pelas formas de mediação das relações entre Estado e sociedade; a produção cultural identificada com as belas-artes, com a realização de eventos de lazer e entretenimento ou de cultura popular.

As políticas públicas de cultura no Brasil, segundo Chauí, aconteceram a partir de quatro modalidades de mediação entre Estado e sociedade: a liberal, que identifica cultura e belas-artes, e que privilegia uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais; a autoritária, na qual o Estado aparece como responsável pela seleção e produção daquilo que seria ou não cultural; do Estado populista, que prioriza a chamada “cultura popular”, definida como uma forma de produção de cultura do “povo”, em geral como folclore e artesanato; e do Estado neoliberal, que parte da reafirmação do consagrado pela indústria cultural e privatiza a cultura deixando sua gerência sob responsabilidade dos interesses comerciais do mercado. Do lado dos produtores e artistas, a relação historicamente estabelecida com o Estado foi a do clientelismo, em que o poder público surgia como balcão de favores para interesses pessoais ou corporativos.

Diante desta tradição, a Cidadania Cultural propôs o entendimento de cultura através da visão antropológica elaborada por Raymond Williams (WILLIAMS, 2011) como conjunto de práticas, significados e valores que existe a partir da e na experiência social real, recusando a visão do Estado Liberal. Dizer que todos os indivíduos e grupos, consciente ou inconscientemente, produzem e consomem cultura, de que todos são sujeitos culturais, afastou também a visão de um Estado autoritário e produtor cultural ao destacar a dimensão pública da criação cultural. O conceito também negou a divisão entre “alta cultura” e “cultura popular” que se desdobrava na dicotomia centro e periferia, pois o critério valorizado na produção cultural, vinda da elite ou da cultura popular, foi a experiência inovadora e crítica, e não o caráter de reprodução do cânone estabelecido. Finalmente, o conceito de Cidadania Cultural se opôs ao Estado neoliberal pela defesa da responsabilidade do Estado na mediação cultural como regulador dos serviços culturais e fomentador das manifestações culturais propostas pela sociedade, e não como um Estado apenas gerenciador dos interesses do mercado e da indústria cultural.

Ao analisar criticamente como essas modalidades oligárquicas e autoritárias moldaram e sustentaram uma tradição de políticas culturais criadas pelo Estado brasileiro, a Cidadania Cultural propôs a compreensão da “Cultura como um direito dos cidadãos e a política cultural como cidadania cultural” (CHAUI, 1995: p. 82), por meio de uma série de ações que tinham

em seu centro a desmontagem crítica da mitologia e da ideologia: tomar a cultura como um *direito* foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito, a dissimulação das formas da violência, a manipulação efetuada pela *mass media* e o paternalismo populista; foi a possibilidade de tornar visível um novo sujeito social e político que se reconheça como sujeito cultural (CHAUI, 1995: p. 84).

Entre tais ações, se realizou “a ampliação e extensão para a periferia mais pobre da cidade” (IDEM, *ibidem*), dos serviços e atendimentos culturais, iniciativa central da Secretaria, para assim “desmontar uma separação geográfica que opera em São Paulo como estigma social e cultural: a divisão entre centro e periferia” (CHAUI, 1992: s. p.). Sem fazer uma opção preferencial pela periferia, mas por reconhecer como legítimas as diferentes formas de criação cultural geradas na divisão social e por vislumbrar o potencial de mudança para o cenário cultural da cidade que o intercâmbio entre experimentação inovadora e a resistência popular carregava, a ampliação dos serviços culturais rompeu com uma tradição que estigmatizou culturalmente as diversas regiões da cidade a partir de seus aspectos geográficos, sociais e econômicos, e que foi em larga medida a responsável pela geração das práticas clientelistas ou populistas por parte do Estado descritas acima.

A descentralização das ações culturais recusou a ideia de animação cultural² e procurou aumentar o acesso daquela parcela da população historicamente excluída da vida cultural pela “ação cultural das comunidades, movimentos sociais e populares”, pelo fomento e apoio à criação de espaços para a discussão pública, como conselhos e fóruns, em que se decidia o destino dos orçamentos públicos e as prioridades da política cultural.

Como resultado da reforma ou construção de Casas de Cultura e da criação da Ação Cultural Regionalizada³, aconteceu um grande aumento das atividades de formação como

² Teixeira Coelho define “animação cultural” como práticas culturais cujo objetivo “era levar as pessoas a esquecer as agruras do cotidiano, de modo a deixá-las num estado físico e espiritual mais conveniente para o trabalho do dia seguinte... Nada enfim que levasse mais pessoas a reconhecerem seus problemas, sua realidade, e abordarem-nos criticamente através da expressão cultural” (COELHO, 1986: p. 99).

³ Ação na qual um grupo de agentes culturais trabalha com os movimentos sociais e movimentos populares para estimular o debate e promover eventos culturais diversos (Cidadania Cultura em Ação 1989 – 1992).

oficinas, cursos e seminários; de informação, através de bibliotecas e acesso a teatros e museus; reflexão crítica, com projetos de memória oral e social; lazer, com a realização de eventos ao ar livre e a realização de audiências públicas e fóruns. Como um dos instrumentos que a Cidadania Cultural lançou mão para possibilitar o surgimento de “um novo sujeito social e político, que se reconheça como sujeito cultural” (CHAUI, 1995: p. 84), a descentralização das ações de cultura criou condições para o fortalecimento da participação das comunidades e movimentos sociais na rede de serviços culturais e de criação de obras de arte e pensamento. Alterar a postura de passividade que a população tinha diante de manifestações culturais, como consumidores de produtos culturais fornecidos pelo Estado ou pelo mercado, significou revelar-lhes como os mecanismos de poder funcionavam na qualidade de veículos de reprodução da ideologia autoritária brasileira para a manutenção de privilégios e exclusões, obstáculos para a ampliação e consolidação da democracia.

2. DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Pensar a descentralização cultural proposta em um programa de governo requer uma análise que a considere como um instrumento usado para implementar uma decisão estratégica, ou seja, como um gesto de governo em direção à sociedade que demonstra sua opção de visão de mundo e por certos valores. Em março de 2013, a Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo deu início à ação Polo Cultural, um novo “conjunto de procedimentos” (anexo I) que orientou a partir de então suas práticas de ação descentralizada. Concebida sobre avaliação interna da equipe responsável pela gestão das ações culturais da Secretaria de Cultura (a partir deste ponto chamada SC), constatou-se a ineficácia dos modelos de ação descentralizada praticadas nos anos anteriores da administração municipal (anexo I). Em razão da pulverização em um grande número de eventos culturais espalhados pelos vários bairros da cidade e também pela falta de vínculo entre a SC e a população, o diagnóstico apontou a ausência de uma identificação das necessidades culturais de ambas as partes, fato decisivo para que tais ações não produzissem os resultados desejados para o incremento da vida cultural nestas regiões. Para enfrentar esta dificuldade, a ação Polo Cultural propôs maximizar o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros que a SC dispunha; estabelecer um diálogo permanente com a população de cada local atendido, o que pretendeu aumentar o conhecimento da produção cultural local e de suas necessidades e demandas; além da proposição de um cronograma regular de atividades.

Com a adoção destes procedimentos, a SC esperou atingir o objetivo de uma prática efetiva de descentralização da ação cultural. O Polo Cultural foi implantado, em caráter experimental, em quatro regiões da cidade: os bairros Ferrazópolis, Taboão, Riacho Grande e Jardim Represa. De acordo com documentação da SC, numa segunda etapa, o bairro Vila São Pedro foi incluído na ação. A SC adotou assim dois critérios para a escolha destes locais: aquelas regiões que já possuíam equipamentos públicos de cultura, casos dos bairros de Ferrazópolis e Taboão, onde funcionaram Centros Culturais desde meados dos anos 90 e que foram reformados no início da atual gestão municipal; e locais em que a Secretaria, através de dados coletados durante os anos anteriores de trabalho desenvolvido pela sua própria equipe, havia estabelecido um mapeamento mais detalhado de indicadores da produção e das práticas culturais locais, como no Riacho Grande e no Jardim Represa e, posteriormente, na Vila São Pedro.

Definido pela Secretaria de Cultura como uma “metodologia de trabalho” (anexo I) e elaborado “por uma leitura do conceito” de Cidadania Cultural, da pesquisadora Marilena Chauí, o Polo Cultural era apresentado como um “fórum de debates entre a sociedade e o poder público” (idem), que buscava valorizar o diálogo com a realidade cultural local e fomentar a gestão participativa na preparação e realização de atividades culturais. Ao promover o acesso, fruição, ampliação dos bens culturais e a produção de bens simbólicos a partir do universo cultural local, visava incentivar a formação de processos culturais autônomos na comunidade. Este “fórum permanente” entre a sociedade civil e a SC parecia ter como principal objetivo a realização de eventos de natureza artística e cultural a partir das necessidades e desejos dos produtores, artistas locais e população em geral, em consonância com as diretrizes e objetivos programáticos que a SC estabelecera como um organismo político-administrativo. Uma ação cujo horizonte buscava a construção de uma “ação colaborativa” de administração de demandas, um ponto de encontro dos interesses do poder público e da sociedade civil, sem fissuras ou antagonismos. Ao final, como esperava o gestor público (anexo I), o processo teria como resultado o desenvolvimento “da dinâmica cultural espontânea” da cultura local. O Polo Cultural, assim apresentado como uma “metodologia de trabalho”, pretendia também desenvolver uma suposta integração das áreas de difusão, formação artística e cultural, leitura, patrimônio e memória da SC de maneira mais coordenada e orgânica, de acordo com os mesmos princípios de eficiência na gestão de recursos humanos e materiais.

A Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo possui diversos instrumentos de publicidade de suas ações entre seus procedimentos operacionais. Podemos citar entre eles o site da cidade⁴; o seu diário oficial, chamado *Notícias do Município*; e uma revista mensal, disponibilizada gratuitamente à população em espaços oficiais e alternativos, o *Guia da Cidade*. Com tiragem que gira em torno de 100.000 exemplares mensais, este informativo funciona como agenda das programações das diversas áreas governamentais, registro de eventos especiais de cada secretaria municipal, plataforma de divulgação dos novos projetos implantados, endereços úteis e, principalmente, como roteiro da programação cultural. Será esta ferramenta oficial de divulgação que utilizaremos para o levantamento estatístico dos eventos culturais realizados nos cinco Polos, em razão da concentração, em um único veículo,

⁴ Verificar o conteúdo disponível em: <www.saobernardo.sp.gov.br>.

de todas as informações culturais de cada mês; pela facilidade de manuseio e consulta que sua diagramação permite, ao dividir os assuntos em abas por áreas, como meio ambiente ou esporte, e linguagens artísticas, como teatro ou dança; e por ser o veículo oficial do gestor público que alcança o maior número de regiões e segmentos sociais do município⁵.

A primeira referência neste informativo sobre a ação cultural descentralizada proposta pela SC aparece na edição do mês de abril de 2013, em uma aba específica chamada *Ação Cultural nos Bairros*, portanto, o mês posterior àquele indicado pela Secretaria como o do início da ação cultural. É importante destacar que houve solicitação formal dirigida por esta pesquisa à SC, de documento interno de avaliação e de proposição da ação cultural (anexo II), e que não houve resposta por parte do gestor público, conforme anexos I e II. O Polo Cultural é apresentado à população com o título “*Ação Cultural (grifo original)*”, como parte do projeto de cultura descentralizada nos bairros”, uma entre outras ações de uma política de descentralização das ações culturais desenvolvidas pela SC, com o seguinte escopo:



Fonte: Guia da Cidade, abril/2013.

Na edição de maio de 2013, na abertura da aba *Ação Cultural Descentralizada*, acontece uma mudança de nomenclatura do projeto que passa a se chamar *Ação Cultural nos*

⁵ É importante destacar que o levantamento feito no GC foi um trabalho apenas empírico de coleta de dados, com as possibilidades de prejuízo que isso possa acarretar.

Bairros, em substituição à *Ação Cultural*, expressão esta que a partir deste mês não será mais usada no texto do *Guia da Cidade* (a partir deste momento chamado GC). É nesta edição de maio que pela primeira vez a expressão “Polos Culturais” é usada para informar as datas e locais das reuniões preparatórias de programação.

ação cultural nos bairros

Em grande estilo, Ação Cultural nos Bairros comemora o Dia Nacional do Reggae

Atividades serão realizadas
no Taboão, Riacho Grande,
Ferrazópolis e Jardim Represa

ação cultural nos bairros

O *Ação Cultural nos Bairros* visa promover o diálogo, a valorização e a circulação da produção cultural dos diversos locais da cidade. É realizado no Taboão, Riacho Grande, Ferrazópolis e Jardim Represa. O projeto é parte do programa *Ação Cultural Descentralizada*, desenvolvido pela Secretaria de Cultura que inclui o Projeto Cinedube, Pontos de Cultura, VAI-SBC e Oficinas Culturais Descentralizadas. Neste mês, no Taboão, dia 19, as apresentações são voltadas para o Dia Nacional do Reggae, comemorado em 11 de maio. Grátis.

Conexão de Culturas Musicais
Este projeto é uma parceria entre a Secretaria de Cultura e os grupos de reggae Ras Mocambo e Guerreiros de Judá. O objetivo é apresentar ao público as diversas vertentes da música jamaicana (reggae, ska, dub, raggá e sound system). Presenças confirmadas de Afreekadu I, Kiu Adadaua & Ethiopian Highlanders Band, Banda Frutos de Resistência e o Jovem Pai Dada Yute (Cauê Granelo). Nesta etapa, em comemoração ao Dia Nacional do Reggae, será feita uma homenagem ao mestre Bob Marley. É a data não foi escolhida por acaso, o dia 11 de maio marca o falecimento do homenageado, que é o principal representante da história do reggae mundial. A lei que instituiu esta data foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 14 de maio de 2012. Centro Esportivo e Cultural do Taboão. Dia 19 (domingo). 16h

Ras Mocambo: músicos apresentam as diversas vertentes do reggae

A programação também inclui Guerreiros de Judá

Jovem Pai Dada Yute

Fonte: *Guia da Cidade*, maio/2013. Página de abertura da aba “Ação Cultural nos Bairros”.

ação cultural nos bairros



No Jardim Represa, Daiane & Daniele apresentam música sertaneja

Jardim Represa Mostra Cultural

Neste mês, o Jardim Represa recebe uma grande mostra cultural de artistas da região. Diversas manifestações e estilos estarão representados:

atividades artísticas para crianças com Roger Muniz, roda de capoeira com o Professor Ganga, música sertaneja com Daiane & Daniele e Tony Reis & Julian, MPB com o grupo

Novo Amor, pagode com o Lance Diferente e rock com os grupos Elite Alternativa e Sr. Omar. **Praça São Judas Tadeu, s/nº, Jardim Represa.** Tel: 4336-8238. **Dia 19 (domingo), 14h**

Reuniões nos polos culturais

Se você mora no Ferrazópolis, Taboão, Riacho Grande, Jardim Represa e é um artista, tem um grupo ou apenas se interessa em debater e colaborar com a construção de políticas públicas na área da cultura, participe das reuniões da sociedade civil com a Secretaria de Cultura. O objetivo é criar

ações que dialoguem com a região e sejam construídas com a participação de todos. Grátis. Tel: 4336-8238

• **Centro Esportivo e Cultural do Taboão.**
Dia 7 (terça), 19h

• **Riacho Grande Biblioteca Machado de Assis.** Dia 11

(sábado), 10h
• **Ferrazópolis Centro Cultural Jácomo Guazzelli.**
Dia 14 (terça), 19h

• **Jardim Represa Emeb Antônio dos Santos Faria.**
Rua Irati, 11. Jardim Represa. **Dia 21 (terça). 19h**

Fonte: *Guia da Cidade*, maio/2013. Última página da aba “Ação Cultural nos Bairros”, em que aparece a primeira referência ao nome “Polo Cultural”.

Apenas na edição do mês de junho a expressão *Polo Cultural* aparecia em destaque na aba *Ação Cultural nos Bairros*, no cabeçalho de apresentação da programação oficial do município, embora as metas e objetivos da ação repitam o mesmo conteúdo dos meses anteriores:

ação cultural nos bairros

Ação Cultural no Jardim Represa é voltada para cinema e música

Junto com Taboão, Riacho Grande e Ferrazópolis, espaço completa os quatro polos culturais da cidade para valorização da produção local

Durante este mês, a programação da Ação Cultural nos Bairros no Jardim Represa é dedicada ao cinema e música. O espaço é um dos quatro polos culturais criados em São Bernardo do Campo. Os outros ficam no Taboão, Riacho Grande e Ferrazópolis. A atividade gratuita tem como objetivo promover o diálogo.

circulação da produção cultural local dos diversos bairros da cidade. O projeto é parte do programa *Ação Cultural Descentralizada*, desenvolvido pela Secretaria de Cultura, que inclui o *Projeto Cineclube, Pontos de Cultura, VAI-SBC e Oficinas Culturais Descentralizadas*. Confira a

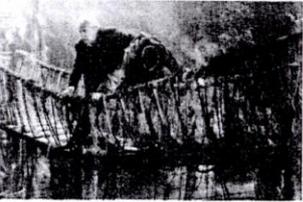
ação cultural nos bairros



Tradição sempre viva: apresentação do Coral Guarani da Aldeia Krakuta



Filme *Boleiros*: situações inusitadas



Em *Os Xeretas*, aventuras na busca por um medalhão

Cinema Boleiros, era uma vez o futebol
Direção: Ugo Giorgetti. Brasil (1998), 97 min. O futebol é o cenário de raios e trovões

gente que nasce e vive do esporte. Mas nem todas as narrativas são felizes, afinal de contas racismo, trambique, amores, fracassos e ilicitudes também fazem

futebol. Recomendação: livre. Grátis. **Praça São Judas Tadeu, s/nº, Jardim Represa. Dia 15 (sábado), 20h**

Os Xeretas
Brasil (2001), 86 min. Duda, Tato e Nick são três amigos inseparáveis que são conhecidos pela população local como os Xeretas. Um dia eles encontram uma nauviana

Fonte: Guia da Cidade, junho/2013. Destaque para a ação “Polo Cultural”.

Observemos agora as tipologias das ações culturais desenvolvidas nos Polos Culturais. O período pesquisado abrange, para efeito de análise do objeto, o período entre março de 2013, data indicada pela SC como início da ação cultural, e junho de 2014.

O Polo Cultural do Jardim Represa localiza-se em uma vila que se encontra na região administrativa do Bairro Batistini⁶ com população em torno de 28.726 habitantes, cuja renda média de 47% da população está situada entre 1 a 2 salários mínimos⁷. O Polo Cultural desenvolveu neste período um total de quarenta e sete (47) eventos. Estas atividades aconteceram, assim como nos demais Polos, majoritariamente aos finais de semana, de maneira intermitente, sem regularidade de datas ou períodos. Os eventos realizados foram sete (07) Mostras Culturais – apresentações de múltiplas linguagens, mas majoritariamente de

⁶ A cidade de São Bernardo do Campo é dividida, desde o ano de 2010, em vinte regiões para fins de elaboração do Orçamento Participativo: Taboão, Rudge Ramos, Paulicéia/Jordanópolis, Planalto/Independência, Centro, Baeta Neves, Santa Terezinha, Ferrazópolis, Demarchi, Assunção, Alves Dias, Dos Casas, Jardim Laura, jardim das Orquídeas, Jardim Thelma, Batistini, Silvina, Vila São Pedro, Riacho Grande e Santa Cruz.

⁷ Todos os indicadores encontra-se em PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, Sumário de dados 2010 – São Bernardo do Campo – ano-base 2009.

shows musicais, em geral em local aberto, em uma praça ou logradouro, nas quais a SC disponibiliza equipamentos, equipe técnica e palco, e a comunidade indica os artistas –, com um total de cinquenta (50) apresentações; um (01) seminário sobre Gestão Cultural, com um total de quatro (04) palestras; três (03) sessões de cinema; vinte e sete (27) eventos de artes cênicas e artes integradas para crianças; um (01) espetáculo de artes cênicas para público adulto; um (01) espetáculo musical étnico, com o coral da Tribo Guarani; dois (02) espetáculos de música sertaneja; um (01) espetáculo de cultura popular. De acordo com o plano de trabalho para desenvolvimento desta pesquisa, reafirmamos que houve solicitação formal à SC sobre o volume de público e do número de horas-atividades reunidos nestes eventos, sendo que até o presente momento não houve resposta do gestor público, conforme anexos I e II. Como este Polo não possui espaço vocacionado para atividades artísticas e culturais, a maioria das ações aconteceram na Associação dos Movimentos Integrados de Reivindicações Populares do Jardim Represa (Amirp), a sede de uma associação de moradores, que recebeu nove (09) eventos, e na Praça São Judas Tadeu, principal praça do bairro, também com nove (09) eventos. Alguns artistas e grupos apresentaram-se sistematicamente, como a dupla de cantoras Daiane e Daniele, com participação em onze (11) eventos, Andrea Rocha, em nove (09) eventos, Palhaço Tranquilão e Trupe do Improviso, em sete (07) eventos.

O Polo Cultural do Riacho Grande encontra-se na região administrativa de mesmo nome com população estimada em 6.344 pessoas, na qual 39% da sua população possui renda média situada entre 1 e 2 salários mínimos. A pesquisa feita no GC durante o período de investigação revela que neste Polo desenvolveu-se um total de vinte e dois (22) eventos, com duas (02) sessões de cinema; um (01) espetáculo de artes cênicas de teatro de bonecos; um (01) sarau literário; dez (10) mostras culturais; um (01) festival de música; um (01) espetáculo de música de jazz; um (01) espetáculo de samba e MPB; um (01) espetáculo de canto coral; uma (01) exposição de artes plásticas. Também neste Polo a SC não informou o público dos eventos. A grande maioria das apresentações ocorreu na Praça João Olimpio Bassani, praça central do bairro. Neste local, aos domingos, é realizada uma tradicional feira de produtos naturais e orgânicos da cidade, a Feira do Verde, e as apresentações artísticas, em geral, acontecem durante seu horário de funcionamento. A compilação de dados dos eventos realizados nos Polos indica que a presença recorrente de alguns artistas não é um ponto exclusivo de um ou outro Polo Cultural, mas uma característica da própria ação. Ao estabelecer como um de seus objetivos o fortalecimento da ação espontânea da sociedade

civil, a SC atribui maior peso para a divulgação das reuniões periódicas dos Polos a convocação feita através do informativo publicado mensalmente no GC e a difusão *boca a boca* por aqueles que já participam das atividades. Assume, assim, uma postura reativa ao que é proposto pela sociedade, se posicionando como um organizador e gerente de demandas, em lugar de uma postura de articulação ativa e propositiva daquilo que se pretende como ação cultural. Este procedimento, que em última instância favorece quem já participa e conhece os mecanismos de funcionamento dos Polos Culturais, explica o elevado número de artistas e grupos que se apresentam repetidas vezes ao longo do tempo e a pequena diversidade de gêneros e linguagens artísticas. No Polo Riacho Grande as participações mais constantes nos eventos foram Raulzito, com sete (07) participações, Viroleiros da Paróquia São João Batista, com cinco (05) apresentações e Claudio Werlang, com quatro (04) participações.

O Polo Cultural do Ferrazópolis encontra-se na região do mesmo nome e possui 41.413 habitantes, em que 45,7% tem renda média indicada entre 1 e 2 salários mínimos. Foram realizados cinquenta e oito (58) eventos, no qual as manifestações de cultura popular aparecem como característica central da ação cultural do bairro. Foram realizados cinco (05) eventos de cultura popular que integravam diversas manifestações, como congada, afoxé e capoeira; oito (08) ensaios abertos ou cortejos de congada; três (03) eventos de capoeira; onze (11) de literatura de cordel; um (01) sarau literário; um (01) evento de artes cênicas de dança étnica, flamenco; um (01) espetáculo de artes cênicas para público adulto; um (01) espetáculo de teatro infantil; três (03) eventos de circo e clown; dezenove (19) eventos de música sertaneja; um (01) de forró, um (01) evento de MPB; um (01) evento de RAP; um (01) festival de celebração religiosa. De acordo com resposta ao questionário do anexo I, o gestor afirma que neste Polo o público médio é de 300 pessoas com picos de até 3.000 pessoas, não informando a quantidade de horas-atividade, conforme documentação. O bairro possui um espaço de cultura, o Centro Cultural Jácomo Guazelli, onde foi realizada grande parte dos eventos, com um total de quarenta e nove (49) atrações. Os artistas que mais participaram das ações deste Polo foram Moreira de Acopiara, em dez (10) eventos, Congada 13 de Maio, com nove (09) participações e o músico Carlos Ferri, também com nove (09) apresentações.



Fonte: Flyer de evento cultural realizado no Polo Cultural Ferrazópolis, junho/2014.

A região administrativa do bairro Taboão tem uma população de 26.990, da qual 32% possui renda média situada entre 1 e 3 salários mínimos. Este Polo realizou um total de quarenta e um (41) eventos culturais e, embora sua população entre 15 e 29 anos esteja em torno de 27,9%, a cultura jovem e urbana, principalmente da área musical, é majoritária. Quatro (04) eventos realizados foram de jazz; onze (11) eventos em formato de festivais de rock, – shows propostos e organizados por um grupo local, com apresentações de convidados a cada edição – nos quais quarenta e sete (47) bandas se apresentaram; nove (9) festivais de reggae – no mesmo formato do evento de rock –, com um total de vinte e nove (29) apresentações; três (3) shows de samba; uma (1) exposição de artes visuais; sete (7) espetáculos de artes cênicas - infantil; um (1) espetáculo de artes de artes cênicas para público adulto; um (1) workshop de narração de histórias. O bairro também possui espaço cultural, o Centro Esportivo e Cultural do Taboão. Os artistas e grupos que mais participaram dos eventos foram os grupos Celofane e Insane, proponentes e organizadores do festival de rock, com onze (11) apresentações; as bandas Ras Mocambo e Guerreiros de Judá, proponentes e

organizadores do festival de reggae, com nove (9) participações; e Stéfano Moliner, organizador dos eventos de jazz, com quatro (4) apresentações.

Último Polo Cultural a ser implementado no município, em agosto de 2013, o Polo Vila São Pedro encontra-se numa região formada por um aglomerado de bairros e vilas dos mais densamente povoados do município, com 94.244 habitantes, onde praticamente a metade de seus habitantes situa-se na faixa de renda entre 1 e 3 salários mínimos. Este Polo desenvolveu vinte e dois (22) eventos, nos quais dez (10) foram sessões de cinema; dez (10) mostras culturais, que receberam cinquenta e duas (52) apresentações artísticas; um (1) espetáculo de artes cênicas para público adulto; uma (1) mesa de debates. Os principais locais de realização dos eventos foram a Rua do Oleoduto, um das vias centrais do bairro, com cinco (5) apresentações, e a Chácara Silvestre, antiga chácara e casa de campo do banqueiro Wallace Simonsen entre as décadas de 20 e 40 do século passado e hoje transformada em parque municipal, com dois (2) eventos.

3. CONTINUIDADE E RUPTURA: DIAGNÓSTICOS DISTINTOS, DESDOBRAMENTOS SOCIAIS CONTRADITÓRIOS

Como exposto no capítulo anterior, os gestores públicos⁸ responsáveis pela Secretaria Municipal de Cultura de São Bernardo do Campo afirmam que a concepção e os objetivos do trabalho que desenvolvem no Polo Cultural, “se baseiam em uma leitura do princípio de Cidadania Cultural” (anexo I), de Marilena Chauí. A descentralização da ação cultural que o Polo promove é justificada por expressões como “valorização e o diálogo com a realidade cultural local”, “gestão participativa e compartilhada SC/Comunidade”, “promoção do acesso, fruição e ampliação a bens culturais, processos de produção cultural/simbólica, experimentação estética” e o “incentivo a processos autônomos de gestão cultural” (idem), de termos e conteúdo bastante próximos àqueles do texto base da Cidadania Cultural que analisamos no capítulo 1. O gestor buscou, através deste procedimento, criar um vínculo programático, uma linha de manutenção de certos valores que, atualizados em novas práticas e procedimentos, promovesse a tradução cultural entre aquele modelo e as ações do Polo Cultural. Se como a própria autora afirma em seu artigo de 1992, “não possuíamos uma tradição que pudesse ser simplesmente seguida” e foi preciso criá-la, passadas duas décadas, é certamente a esta tradição de gestão pública da área de cultura que o “Polo Cultural” reivindica legítima filiação. Para compreender a validade de uma suposta linha de continuidade entre estas experiências, analisaremos, a seguir, a ideia de tradição de normas e valores em tempos e espaços sociais distintos e seu mecanismo de elaboração como tradução cultural.

Ao examinar processos de tradução cultural, a crítica indiana Gayatri Spivack em seu artigo “Tradução como Cultura”, afirma que “em todos os sentidos, traduzir é necessário mas impossível” (SPIVACK, 2005: p. 42). Spivack afirma que o primeiro registro de tradução é o movimento permanente de construção do sujeito, realizado no processo de constituição e aprendizado através de um incessante vaivém entre a exterioridade da natureza que está ao seu redor e sua interioridade. O indivíduo vai em direção ao mundo exterior, o codifica na consciência em um sistema de signos, para novamente se dirigir, munido deste sistema apreendido, ao mundo exterior. A aquisição da cultura, portanto, é uma relação de inscrição,

⁸ Os dois questionários enviados junto à Secretaria de Cultura foram respondidos sem que houvesse rubrica do responsável pelo conteúdo das informações dadas, conforme consta nos anexos.

mais que racional, genealógica, do indivíduo no mundo dos valores à sua volta. Daí Spivak afirmar a impossibilidade da tradução como um gesto significativo em si-mesmo. Embora possamos estabelecer metodologias para a transcodificação, o estudo e a análise de um conjunto de elementos de uma cultura para outra, a tradução nunca acontece de maneira plena porque cada forma cultural está encravada na realidade do mundo em que originalmente foi gerada.

Ao reconhecer que cada valor e cada norma, ou seja, cada forma cultural tem sua origem e seu fim na ação humana, a postura essencialista, o suporte que a ideia de tradição carregava, no qual normas e valores estão isolados das questões históricas e sociais, perde sua força. Assim como Spivack nos apontou que no momento de introdução ao mundo da cultura, tanto o mundo interior do indivíduo quanto a exterioridade ao seu redor perdem seus contornos, em um movimento de troca permanente, cultura e sociedade também não podem ser separados como unidades estáticas. A cultura gera sentidos e valores porque está em permanente articulação com as forças sociais, por “possui histórias humanas ativas e conflitantes, sempre inseparáveis de valores ativos” (WILLIAMS, 2011: p. 21), que ela organiza e dá significado para a vida em sociedade. A cultura, portanto, não é uniforme, estática, nem está numa posição de exterioridade com relação às forças sociais, ela é, ao contrário, dinâmica e está sempre sujeita a um valor de recepção e apropriação social parcial e provisório, contrário a qualquer totalidade. Percorrido este caminho e sob a orientação deste argumento, voltemos agora às premissas do Polo Cultural.

A partir da classificação elaborada pelo pesquisador Antonio Albino Canelas Rubim⁹ a respeito dos elementos necessários para compor uma política cultural, dois tópicos são importantes para a análise dos Polos Culturais de São Bernardo do Campo: a *definição e determinação da noção de política acionada* e a *definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural*. Quando o gestor público da SC informa que o Polo Cultural tem como metas a *valorização e o diálogo com a realidade cultural local*, e *gestão participativa e compartilhada SC/Comunidade*, à parte sua tautologia, pois uma gestão participativa necessariamente implica em diálogo, ele deveria informar e não o faz, qual seria o objetivo da

⁹ CANELAS RUBIM *apud* ZÁRATE (2011, p. 13) : 1- definição e determinação da noção de política acionada; 2- definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural; 3- formulações e ações condensadas em planos, programas e projetos; 4- objetivos e metas, transparentes ou não; 5- delimitação dos atores estatais ou não; 6- elucidação dos públicos pretendidos; 7- instrumentos, meios e recursos acionados; 8- momentos do sistema cultural; 9- interfaces pretendidas com outras áreas; 10- articulação entre as dimensões anteriores).

política cultural do município a que essas metas estiveram ou estão vinculadas. Afirmar que *os princípios que definem as ações dos “Polos Culturais” encontram-se lastreados em um pressuposto da Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo, que é a ação colaborativa entre a sociedade e o poder público, que ela acontece por um processo de participação da sociedade civil, da inclusão dos atores sociais, da descentralização das ações e do “construir junto* (anexo II), embora atendam precariamente ao panorama geral de objetivos e metas da classificação de Canelas Rubim, demonstra fragilidade conceitual exatamente em razão da falta de uma definição da ação e pela ausência de uma concepção mais estruturada do que a SC compreende por cultura.

Como consequência, as ações que são desenvolvidas a partir daqueles objetivos podem receber conteúdos de naturezas diversas, inclusive contraditórias em relação ao que propunha inicialmente, conforme podemos acompanhar quando se coloca o objetivo do programa de *promover o acesso pleno à cidadania cultural* (anexo I), ao lado do seu resultado real na forma de um relato sobre o Polo Ferrazópolis, no momento em que o gestor afirma que *hoje conseguimos paulatinamente agregar aos Fóruns de Debates entre Comunidade e SC, uma ampla gama de pessoas que não tem necessariamente ligação com o universo das artes, como donas de casa, educadores, líderes comunitários e até agentes comunitários de saúde* (IDEM, **grifo nosso**). Entre a meta de natureza antropológica, com base na cidadania cultural que toma por princípio a igualdade dos cidadãos, e sua operacionalização na qual alguns possuem cultura de maneira inata e outros estão apartados dela, resta uma diferença irreconciliável.

Quando Marilena Chauí estende em direção à periferia os serviços de natureza artística e cultural, sua proposta tem coerência com os propósitos que a ação pretende atingir em seu escopo. Como princípio político, uma opção de governo *que introduzirá a prática da participação, prática que definirá as relações do governo municipal com a sociedade* (CHAUÍ, 1992: s. p.) e que *tomará a cultura como um direito do cidadão, como direito à criação desse direito por todos aqueles que têm sido sistemática e deliberadamente excluídos do direito: os trabalhadores* (IDEM, *ibidem*); como pressuposto de ação, abrir a administração pública para a prática do diálogo com a sociedade significa uma estratégia de mediação do Estado para a superação de uma forma de preconceito que a diferença geográfica e social refletia em desigualdade cultural, e não apenas uma “ação colaborativa”; como política de governo, se concretizava com a criação de fóruns de debate para a discussão desde

a natureza dos projetos culturais a serem desenvolvidos, os locais e regiões em aconteceriam e valores orçamentários necessários para sua realização, rompendo com a verticalização característica do poder, contribuindo assim, para a criação da “nova cultura política” que o conceito indicava em sua matriz original.

Para a sistemática de trabalho adotada nesta investigação, foram também organizadas algumas estratégias de articulação de fontes e dados reunidos pelo trabalho de campo no Polo Cultural Ferrazópolis e junto ao órgão gestor do município.

No mês de junho de 2014, a pesquisa acompanhou a reunião mensal de programação do Polo Cultural Ferrazópolis, denominada pelo gestor público, conforme anexo I, de *Fórum de Debates*. Embora conste na *metodologia de trabalho* as menções a *construir junto* e *ampliar a participação*, as reuniões do Polo Cultural acontecem uma vez ao mês em datas propostas pela SC e convocadas através do GC, o que por si marca a verticalização e uma forte intervenção SC no encaminhamento adotado para a ação. Na citada ocasião, o total de participantes da sociedade civil somou nove (09) pessoas e três (03) representantes da SC. Deste total, dois (02) participantes eram de uma mesma dupla caipira, outros dois (02) eram de um grupo sertanejo e mais dois (02) de um coletivo afrodescendente ligado à cultura Rastafári, o que somado aos demais participantes totalizava seis (06) artistas/produtores culturais representados na reunião. Durante todo debate a prioridade coube à grade de programação do mês de julho e às atrações que iriam fazer parte dela.

Chauí também afirma em seu artigo de 1992 que um dos maiores inimigos da prática democrática é a burocracia que “opera por rotina dos hábitos administrativos que, por definição, são indiferentes ao objeto administrado” (CHAUÍ, 1992: s. p.). Como indica o levantamento estatístico apresentado sobre as programações dos polos culturais, o Polo Ferrazópolis é aquele que mais apresenta atrações de cultura popular tradicional, principalmente grupos musicais sertanejos, de forró e as apresentações de outras linguagens ou gêneros artísticos, como cultura jovem ou artes cênicas, por exemplo, acontecem em número bastante reduzido. Se naquele momento foi possível identificar que tal fato se devia ao espontaneísmo buscado pela SC, podemos agora somar a ele o papel da qualidade que a mediação entre a sociedade e a instituição, materializada pelos Polos Culturais, exerce no cotidiano. Com suas funções pouco definidas, em razão da ausência de uma proposta de política cultural, sem um conteúdo que oriente qual caminho a ação deveria seguir, o que se constata nos Polos Culturais é a atuação do órgão público cedendo espaço aos procedimentos

que privilegiam ações culturais a partir de tendências de gosto e/ou de relações pessoais. A proposta de “diálogo com a realidade local”, “gestão participativa”, “promoção do acesso”, “incentivo a processos autônomos”, apresenta bandeiras urgentes e, de uma forma ou de outra, acontece nos polos. Contudo, compreender que espontaneamente numa sociedade como a brasileira, historicamente violenta e autoritária, marcada por carências e privilégios, como afirma Chauí, os interesses divergentes que a compõe se *harmonizem* num arranjo natural, é como colocar-se numa posição de permanente risco de incorporação àquilo que, em princípio, se pensava superar, e assumir, desta forma, uma visão liberal de política cultural que reserva à ação do Estado um papel de pouca relevância. Em lugar de tornar os mecanismos da gestão, como poderia parecer numa primeira impressão, mais democráticos e horizontais, percebe-se que a proposta resulta na criação de mais um instrumento de verticalização e centralização de decisões, agora multiplicado nos diversos equipamentos pelos bairros da cidade. Ao invés de ampliar a oportunidade de participação e acesso, numa chave cidadã, dos produtores e da população à diversidade de modalidades culturais presentes na sociedade, a ação cultural reafirma hábitos de corporativismo e clientelismo de produtores culturais que privatizam o espaço público.

Em um documento intitulado *Relatório de Ações do Departamento de Ação Artística e Cultural*, de registro e avaliação das ações desenvolvidas pela SC, datado de 16 de setembro de 2010, da gestão do então secretário Leopoldo Nunes, se definiu como missão da SC naquele momento realizar *ações baseadas na temática Cultura como Cidadania*, inseridas no contexto maior da Prefeitura de São Bernardo do Campo, cujo mote era “Governo da Inclusão”.

Analisar a proposta do Polo Cultural à luz deste relatório interno é um importante exercício para compreensão do processo de constituição histórica da SC. Em primeiro lugar, se constata que já no ano de 2010 havia um programa chamado *Ação Cultural nos Bairros*, cujo principal objetivo era, assim como a principal atividade do Polo Cultural, *proporcionar shows e outras atividades culturais em bairros mais afastados do centro*. Três anos após a divulgação do relatório, a SC apresentava ao público por meio do GC a chamada de uma nova iniciativa, a *Ação Cultural, parte integrante do programa Ação Cultural Descentralizada, desenvolvido pela Secretaria de Cultura nos bairros da cidade. Engloba ações de difusão, fomento e formação cultural, como Projeto Cineclube, Pontos de Cultura, VAI-SBC e Oficinas Culturais Descentralizadas* (anexo II). Ora, as ações que compunham o programa,

cineclubes, VAI-SBC, pontos de cultura e oficinas¹⁰, o apoio e fomento aos produtores locais – inclusive com boa recepção pelo público, como indica o relatório de 2010 –, já eram realizadas ao menos há três anos. Mais do que demonstrar que apenas houve uma variação de nome, uma renovação de nomenclatura para um conjunto de ações muito próximo ao que já era realizado anteriormente, o relatório deixa evidente a fratura interna que a SC sofreu como gestor e orientador das políticas públicas de cultura do município. Entre os anos de 2009, início da gestão do Partido dos Trabalhadores no município, até o ano de 2013, momento de lançamento do Polo Cultural, a direção da SC foi ocupada por quatro secretários diferentes, Celso Frateschi, Leopoldo Nunes, Frank Aguiar, também vice-prefeito da cidade, e Osvaldo Neto, com a respectiva mudança, em cada uma delas, de parte da equipe de gestão e do viés da política de trabalho e de organização dos programas. Confirmando o diagnóstico de Canelas Rubim, que caracteriza as políticas públicas da área da cultura Brasil pela “descontinuidade, desatenção, paradoxos e impasses” (CANELAS RUBIM, 2007: p. 11), em São Bernardo do Campo a marca principal parece ter sido a da descontinuidade e do impasse entre os programas de um período e de outro e, neste caso, com o agravante de acontecerem não entre a troca de mandatários e siglas de um governo e outro, mas dentro da continuidade da gestão de um mesmo projeto político, eleito em 2009 e reeleito em 2012. Isto fica bastante nítido quando acompanhamos pelo relatório de 2010 que as ações desenvolvidas têm boa receptividade do público, ao reconhecer que *essas ações geram benefícios para o município gerando e ampliando o reconhecimento dos grupos locais e regionais* (anexo III) e que os problemas que a SC enfrentava eram de natureza operacional, administrativa e financeira, não de conteúdo, conforme a SC alega como motivo para a concepção do novo Polo Cultural. É significativo acompanhar, pela leitura do GC, como transparecem as rupturas que a SC sofre nas transições e trocas entre os gestores. Num primeiro momento, pela necessidade de diminuição do significado do momento anterior e de seu programa, e para marcar a afirmação de uma nova identidade, o texto deve anunciar o programa como plenamente novo, e então renomeia como *Ação Cultural* uma série de ações que já aconteciam regularmente, até que, um mês após o outro, a antiga nomenclatura usada nos anos anteriores reaparece, timidamente, na forma de adjetivo complementar no corpo do texto para depois restabelecer-se como *Ação Cultural nos Bairros*, mesmo que com conteúdo bastante desidratado.

¹⁰ Neste documento de 2010, as Oficinas Culturais são apresentadas como “a ação que é a coluna vertebral da nossa política de intervenção cultural para a democratização do acesso à formação artística na cidade. Formação que abre portas à inclusão cultural, à produção artística, ao fortalecimento dos vínculos sociais e, mais importante, à noção de pertencimento com relação à cidade” (anexo III)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões propostas e com os resultados apresentados ao longo deste artigo, é possível compreender que a ideia de descentralização cultural presente na ação Polo Cultural de São Bernardo do Campo apresenta diferenças, tanto de concepção quanto de motivação, em relação ao conceito de Cidadania Cultural de Marilena Chauí, que impedem que se afirme positivamente a existência de uma continuidade entre as bases de um programa e de outro, na forma de uma possibilidade de tradução cultural. O conceito de Cidadania Cultural teve como princípios a ideia de cultura como um direito da população e uma visão sociológica ampliada de cultura, o que fez com que a política cultural, conforme o conceito havia proposto, fosse além da simples gestão de programas de entretenimento ou lazer. Era todo um novo modo de mediação das relações entre Estado e sociedade que procurou criar um processo de democratização da cultura com vistas à criação de uma Nova Cultura Política. A Cidadania Cultural aconteceu não apenas por meio de programas e ações de fomento à produção, fruição e formação cultural, mas alicerçados na construção de mecanismos de participação e representação popular, em particular daquela parcela excluída da população.

Sendo assim, pode-se afirmar que o modelo de descentralização cultural fomentado pela Cidadania Cultural realizou mais que a ampliação da oferta e do acesso a serviços e bens culturais em direção às regiões mais afastadas e à população mais pobre do município de São Paulo. Ela foi um instrumento para que esta parcela da população se reconhecesse como sujeito de direitos culturais, produtor de manifestações culturais legítimas, que foram historicamente estigmatizadas por reflexo de desvios geográficos, sociais, econômicos. Concebida sob a ideia *da cultura como direito e da democratização do trabalho e da vida cultural*, como foi informado no artigo de 1992, o duplo alinhamento da ideia de descentralização cultural da Cidadania Cultural, como atividade cultural e político-social, fundamentou o próprio centro da ação. Não é possível considerar um campo isoladamente ou então hierarquizar um em relação ao outro, sob o risco de que ambos se enfraqueçam e se descaracterizem. Ao lado do incremento das ações contidas em programas da Ação Cultural Regionalizada ou do número das Casas de Cultura localizadas nas regiões periféricas da cidade, também foi estimulado de forma complementar e dialógica, como relata Chauí naquele texto, *a formação dos núcleos de cultura, que se transformaram em Fóruns*

Regionais de Cultura autônomos, independentes do poder público e capazes de criar tradições culturais organizadas em várias regiões da cidade.

Embora possa ser ressaltado que a ação Polo Cultural de São Bernardo do Campo, atualmente, significou uma ampliação dos indicadores da produção cultural nos cinco bairros do município em que foi implementado, com a criação de certa regularidade de eventos culturais locais e a sistematização de uma rotina de procedimentos, foi percebido que ela não se constituiu até este momento como uma política cultural que impulsionou a constituição da cultura como direito e como instrumento para o fortalecimento da democracia e cidadania cultural, como defendeu sua matriz conceitual original, a Cidadania Cultural.

O Polo Cultural garantiu a presença mais constante do agente público de cultura nas regiões atendidas, a realização de encontros periódicos entre o poder público e a sociedade e, em certa medida, o protagonismo e autonomia dos produtores culturais, mas isso não foi acompanhado da intenção transformadora que sua matriz firmou, nem teve em seu horizonte estabelecer a prática de participação popular com vistas ao surgimento de uma nova cultura política.

Uma *política cultural supõe decisões mais amplas, definição clara de prioridades, planejamento rigoroso dos recursos*, como afirma Marilena Chauí, e muito embora tenha ocorrido a manutenção da equipe de gestão municipal de São Bernardo do Campo, eleita para o mandato de 2009-2012 e reeleita para o período seguinte entre 2013-2016, o que faria supor uma linha de continuidade da ação administrativa, a SC sofreu neste período a mudança de quatro secretários. Essas mudanças constantes de direção tiveram como consequência que os programas desenvolvidos nunca chegaram a se consolidar na vida cultural da cidade, sendo constantemente reformulados. Os Polos Culturais de São Bernardo do Campo se colocaram como parte dessa descontinuidade administrativa.

Desde o momento de sua elaboração, O Polo Cultural teve como principal motivação dar respostas às situações administrativas e de atendimento de demandas socioculturais imediatas, daí que os procedimentos que se dirigiram à *otimização e desenvolvimento pleno das ações e projetos que constituíam o processo de descentralização cultural na cidade*, sempre tiveram maior relevância na sua proposição do que aqueles que estabeleceriam uma definição daquilo que a SC compreendia por descentralização cultural. Esses instrumentos

contribuíram, assim, para a realização mais dinâmica de eventos e espetáculos culturais nos diversos bairros da cidade, ao passo que deixaram em segundo plano o conjunto de significados e valores que definiria a concepção de cultura a qual se vinculariam. Pode-se afirmar, desta forma, que a descentralização cultural operada nos Polos Culturais em São Bernardo do Campo, como um conjunto de ações a partir da *otimização dos recursos* com ênfase na produção de eventos culturais nos diversos bairros da cidade, se aproximou, e em geral repetiu, em escala local e sob a aparência de uma ação de fortalecimento da democracia, a modelos que historicamente serviram de apoio à manutenção das desigualdades sociais brasileiras, tais como a verticalização do poder, as relações clientelistas e personalistas com produtores, a privatização do espaço público, o privilégio do lazer e do entretenimento, a integração acrítica dos indivíduos e dos objetos artísticos e culturais à realidade dada, e se configurou como espaço de transmissão e legitimação de uma atitude de passividade material e simbólica da população diante dos privilégios e exclusões que a Cidadania Cultural buscou confrontar.

Passadas mais de duas décadas da construção do conceito de Cidadania Cultural, cujas expressões *cidadania*, *valor simbólico*, *superação da visão centro-periferia* se constituíram como tradição e pauta obrigatória dos projetos de governo da área cultural, seja como confirmação e aprofundamento, seja como negação e elaboração alternativa, cabe ao gestor público, de acordo com o papel que atribui ao Estado, apontar aquelas mais afinadas a seus propósitos. As mudanças de natureza social, econômica e cultural que o país assistiu neste período fizeram com que, mesmo aquelas políticas que buscam se aproximar do conceito de Cidadania Cultural, nem sempre acontecessem de maneira fiel aos propósitos originais, como é o caso do Polo Cultural de São Bernardo do Campo. Suas propostas de ação, embora guardem semelhanças nominais com alguns elementos daquela construção matricial, em especial a ideia de descentralização cultural, privilegiam muito os aspectos de natureza metodológica e conceitual distantes de um programa de intervenção política afirmativa como defendia Marilena Chauí.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CANELAS RUBIM, Antonio Albino. *Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*.

Disponível

em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/1/Políticas%20culturais.pdf>> Acesso em: 7 ago. 2014.

CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência, aspectos da cultura popular no Brasil*: Editora Brasiliense, 1989.

_____. *Cultura e Democracia*. Disponível em:

<http://revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/cultura_e_democracia.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2014.

_____. *Cultura Política e Política Cultural*. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>> . Acesso em: 7 ago. 2014.

_____. *Uma Opção Radical e Moderna: Democracia Cultural*. Cidadania Cultural em Ação 1989 - 1992: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.

COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da Cultura – Políticas de Ação Cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2000.

GLASER, André Luiz. *Materialismo Cultural*. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-03082009-151710/en.php>

Acessado em 7 de agosto de 2014.

HOBBSAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Disponível em:

<<http://copyfight.me/Acervo/livros/HOBBSAWM,%20Eric%20-%20Introduc%C3%A7%C3%A3o%20do%20livro%20A%20invec%C3%A7%C3%A3o%20das%20Tradic%C3%A7%C3%83es.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, Sumário de Dados 2010 – São Bernardo do Campo – Ano-base 2009.

SANTOS, Maria Luisa Duarte Silva. *A criação artística e o processo criativo*. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6655>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakrayorty. *Tradução como cultura*. Disponível em:

<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/184060/mod_resource/content/1/Spivak%20%E2%80%9CTradu%C3%A7%C3%A3o%20como%20cultura%E2%80%9D%20.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2014.

WILLIAMS, R. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2011.

ZÁRATE, Simone. *Santo André cidade do futuro – esta cidade é show: verso e reverso das políticas culturais*. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-12122011-235346/en.php>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO DE APOIO PARA ELABORAÇÃO DE ARTIGO CIENTIFICO DO CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO – ECA/USP

1 - A ação cultural chamada “Polos Culturais” existe desde quando? Como ela é descrita pela Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo?

R: Os Polos Culturais nascem em março de 2013 a partir da avaliação pelos técnicos da Secretaria de Cultura da PMSBC dos dois Modelos de Descentralização Cultural implementados nos três primeiros anos da Gestão 2009-2013.

Tal avaliação visou a otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis para o desenvolvimento pleno das ações e projetos que constituíam o processo de descentralização cultural feito pela SC a partir da constatação da quase inexistência de resultados e vínculos entre SC e as comunidades onde as ações aconteciam dada a irregularidade advinda da pulverização excessiva e falta de uma permanente interlocução do projeto com a comunidade local.

Para tanto, optou-se pela redução da escala do mesmo, ao concentrarmos, em caráter experimental, o projeto em quatro polos de ação: Polos Culturais do Ferrazópolis, Riacho Grande e Jardim Represa – hoje ampliado para o quinto Polo Cultural da Vila São Pedro.

Neste sentido, a Secretaria de Cultura descreve os Polos Culturais como um Fórum de Debates permanente entre SC e Comunidade, onde de forma dialética, a partir das proposições da primeira e expectativas da segunda, são construídas todas as ações naquela região geográfica.

Além disto, internamente, o Polo Cultural significou para a Secretaria de Cultura a possibilidade de uma ação transversal e integradora das diversas ações que ela promove a partir dos prismas que os departamentos, divisões, seções e encarregadorias trabalham a ação cultural (formação, difusão, fomento, preservação da memória e fomento a leitura) naquele território de modo a promover sua plena potencialidade.

2 - A ação cultural “Polos Culturais” é um programa ou um projeto da Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo?

R: Como dito acima, na realidade o Polo Cultural é uma metodologia de trabalho na qual de forma participativa são construídas as ações da SC em um dado território de abrangência geográfica de modo a integrá-las externamente a realidade cultural local.

3- Quais os princípios que orientam esta ação cultural?

R: Ações dos polos se baseiam em uma leitura do princípio de Cidadania Cultural, através:

-Valorização e o diálogo com a realidade cultural local a partir de um mapeamento permanente desta;

-Transversalidade interna e intersecretarial das ações da SC nele realizado;

-Gestão participativa e compartilhada SC/Comunidade das ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura naquele território;

-Promoção do acesso, fruição e ampliação a bens culturais, processos de produção culturais/simbólicas, experimentação estética, linguagens artísticas a partir do universo cultural da comunidade em questão;

-Incentivo a processos autônomos de gestão cultural (incentivo à formação de coletivos culturais autônomos na comunidade) e a iniciativas culturais espontâneas no interior da comunidade (potencialização de iniciativas que já ocorrem no bairro e de outras surgidas a partir do Polo);

-Promoção da circulação cultural e artística do polo em questão em outros circuitos culturais, locais, regionais e nacionais mais amplos;

-Promoção de espaços/logradouros públicos e de próprios da SC como espaços de apropriação e sociabilidade das comunidades;

-Ampliação da discussão cultural para além dos círculos especializados de artistas e intelectuais;

4 -Existe alguma aproximação com a expressão “Cidadania Cultural”, termo criado por Marilena Chauí que sintetiza sua atuação à frente da Secretaria de Cultura de São Paulo em meados dos anos 90? Em caso afirmativo, quais são os pontos em comum?

R: Sim. Vide item anterior.

5 - Quais os motivos e critérios de escolha dos locais para implantação desta ação cultural?

R: A escolha dos quatro polos se baseou nos seguintes critérios:

- locais em que a Secretaria de Cultura já possuísse próprios concebidos com a finalidade de descentralização cultural (C.C Taboão e C.C Ferrazópolis, então recém-inaugurados);

- locais onde temos um mapeamento mais preciso da realidade cultural, produção artística e artistas do bairro e onde já possuímos uma relação;

- locais nos quais a SC já desenvolve e mantêm com alguma regularidade ações culturais, mesmo que seja de forma fragmentada e compartimentada.

OBS: Nossa intenção é a partir desta experiência inicial, ampliar os Polos Culturais para toda a cidade, cobrindo assim todas as Regiões da OP.

6 - Qual a análise realizada para o “Polo Cultural Ferrazópolis”?

6.1- Qual o número de ações realizadas e os gêneros e linguagens artísticas desenvolvidas neste polo? Existe algum percentual de reserva para a produção local ou gênero específico?

R: 07 Ações de Difusão nas áreas de cultura popular tradicional, literatura popular, cultura jovem urbana, cinema, música, dança e teatro, 07 ações de formação nas áreas artes plásticas, artes manuais, dança, artes visuais/fotografia, artes cênicas e música.

Na realidade, todas as ações são construídas de forma coletiva com as comunidades que formam o chamado Polo do Ferrazópolis (que compreende uma macro região que atinge uma série de bairros onde estas ações ocorrem, tais como Jd. Regina, Limpão, a parte central do Ferrazópolis, Palmerinhas, entre outros), nelas envolvendo tanto artistas locais (da Região do Polo em questão), como de outras localidades.

6.2 – Qual a quantidade de público atingido neste polo? Qual o perfil socioeconômico deste público?

R: Média de 300 pessoas por ação de difusão (há picos de mais de 3000 pessoas dependendo da ação). Média de 25 pessoas por atividades de formação. Média de 40 pessoas em cada reunião do Fórum de Debates dos Polos. O perfil é diverso participando indivíduos de várias classes sociais, ampla faixa etária, sendo eles artistas ou apenas interessados em debater a ação cultural da SC no Ferrazópolis – fruto da diversificação socioeconômica desta região.

6.3- Como a Secretaria de Cultura qualifica a evolução da ação cultural neste polo?

R: O Polo Cultural enquanto processo de mediação cultural, gestão participativa e diálogo com a população cultural e de transformação cultural possui ritmos variados de acordo com as características da região. No polo do Ferrazópolis conseguimos transformar o Complexo Esportivo e Cultural do Ferrazópolis em um espaço de sociabilidade da Região. A partir do mapeamento do universo cultural do Ferrazópolis, a SC vem desenvolvendo ações que potencializam a dinâmica cultural espontânea nesta localidade, ao mesmo tempo que requalifica e recupera o sentido de certas áreas antes ocupadas como espaços de sociabilidade e de ação cultural, tais como o “Escadão do Regina e a Curva dos Pretos”, anteriormente perdidas por conta da ação do tráfico de drogas na região, Toda as ações da secretaria de Cultura na região obedecem a lógica apontada no item 1. Hoje conseguimos paulatinamente agregar aos Fóruns de Debates entre Comunidade e SC, uma ampla gama de pessoas que não tem necessariamente ligação com o universo das artes, como donas de casa, educadores, líderes comunitários e até agentes comunitários de saúde. Além disto, gradativamente observamos a formação de um Coletivo Cultural no Jd. Regina que vem se destacando com grande êxito na promoção espontânea de ações culturais e artísticas na Região. Grande parte dos participantes do Polo tem acesso não só a bens culturais que não tem congêneres na

região, como também conseguem acessar outras ações, projetos e programas desenvolvidos na SC que não necessariamente ocorrem no Ferrazópolis.

6.4- Qual o impacto sociocultural que a Secretaria d Cultura espera atingir junto à população local com a ação no bairro Ferrazópolis?

R: A SC espera com o polo do Ferrazópolis promover o acesso pleno a cidadania cultural a população daquela localidade.

ANEXO II**RESPOSTA À SOLICITAÇÃO APRESENTADA ATRAVÉS DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

Em resposta à solicitação SB.041900/2014-71 do munícipe João Batista Pires, temos a informar o que segue:

SB.041900/2014-71

Interessado: João Batista Pires

Detalhamento: Para continuidade da pesquisa que desenvolvo no CELACC/USP sobre o tema da descentralização cultural no município de São Bernardo do Campo a partir da ação “Polo Cultural”, da Secretaria de Cultura do Município, e ciente do apreço deste município aos princípios de publicidade, divulgação das informações de interesse público e controle social da administração pública, expressos no decreto 18.882, de 08 de maio de 2014, solicito sua colaboração no atendimento das informações e documentos abaixo listados:

1. Relatório, ata ou documento interno gerado em que são definidos os princípios da ação “Polo Cultural”.

R. Os princípios que definem as ações dos “Polos Culturais” encontram-se lastreados em um pressuposto da Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo, que é de ação colaborativa entre a sociedade e o poder público. Esta se dá por meio da participação, da inclusão dos atores sociais, da descentralização das ações e do “construir “ junto. Com essa perspectiva, vem sendo organizado, desde o final do ano de 2011 um projeto denominado “Polos Culturais”.

2. Relatório, ata ou documento interno gerado em que são definidos os objetivos da ação “Polo Cultural”.

R. A proposta visa fomentar o diálogo entre o poder público e a sociedade, como forma de garantir que os espaços públicos tenham diálogo com as produções locais, seja por meio de difusão, da formação e eventual apoio a essas produções. Trata-se de um projeto em construção, onde os partícipes devem organizar-se em busca da apropriação do espaço de fruição e aprimoramento de conhecimentos e formas de gestão cultural e fortalecimento das iniciativas dos grupos locais.

3. Relatório, ata ou documento interno gerado em que são definidas as ações a serem realizadas pelos Polos Culturais para atingirem seus objetivos.

R. Como forma de criarmos um conjunto de ações que dialoguem com a realidade local e que sejam construídas por e a partir da efetiva participação dos atores culturais do bairro e região do Polo. As ações nascem com uma série de reuniões com os artistas, produtores culturais e interessados em geral, com o objetivo de conhecer mais a fundo a realidade e as demandas culturais do Polo para posterior transformação em projetos culturais pela Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo. Assim foi desenvolvido pela Secretaria de Cultura o Programa Ação Cultural nos Bairros, uma série de ações de difusão, fomento e formação cultural, tais como: Pontos de Cultura, VAI – SBC, Oficinas Culturais, Cineclubes entre outros. O programa visa promover o diálogo, a valorização e a circulação da produção cultural local dos diversos bairros que compõe nossa cidade.

4. Eixo do Plano de Governo da gestão municipal em que esta contida nominalmente a ação “Polo Cultural”.

R. Consulta disponível na Secretaria de Cultura, mediante agendamento, as segunda e quartas-feiras, das 9h às 16h. Telefone: 4336-8239. Endereço: Rua Bauru, 21 – Baeta Neves.

5. Programa temático, título e valor orçamentário nominal destinado ao “Polo Cultural” no PPA do município.

R. Link do PPA. Para obter informações sobre gastos, estudos e planilhas sobre políticas públicas da Secretaria de Cultura, verificar programas e ações do PPA 2010-2013 e 2014-2014:

<http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqt_container_r01.asp?srcpg=sf_orcamento_relatorios_abre&grupo=1%20-%20Plano%20Plurianual%20-%20PPA&rel=2014-2017>.

6. Projeto, esfera orçamentária e meta em que consta a ação do “Polo Cultural” na LDO e na LOA do município.

R. Link LDO. Informações sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO de 2010 à 2015 acessar link:

<http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqt_container_r01.asp?srcpg=sf_orcamento_relatorios_abre&grupo=2%20%20Lei%20de%20Diretrizes%20Or%20ament%20E1rias%20-%20LDO&rel=2015>.

Link LOA. As pesquisas sobre Lei Orçamentária Anual - LOA estão disponíveis no link: <http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqt_container_r01.asp?srcpg=sf_orcamento_relatorios_abre&grupo=3%20%20Lei%20Or%20ament%20ria%20Anual%20%20LOA&rel=2014> .

7. Rubrica orçamentária da Secretaria de Cultura destinada ao “Polo Cultural”.

R. Por ser uma construção conjunta de uma metodologia de trabalho, as verbas são alocadas segundo as necessidades específicas de cada “Polo Cultural”, segundo deliberações das reuniões compartilhadas.

8. Número de horas/atividade desenvolvidas no “Polo Cultural”.

R. Consulta a documentos internos disponíveis na Secretaria de Cultura, mediante agendamento, as segunda e quartas-feiras, das 9h às 16h. Telefone: 4336-8239. Endereço: Rua Bauru, 21 – Baeta Neves.

9. Tipologias, linguagens, artistas e grupos contemplados nas ações do “Polo Cultural”.

R. Consulta a documentos internos disponíveis na Secretaria de Cultura, mediante agendamento, as segunda e quartas-feiras, das 9h às 16h. Telefone: 4336-8239. Endereço: Rua Bauru, 21 – Baeta Neves.

10. Relatório, ata ou documento interno gerado na qual a equipe de técnicos da Secretaria de Cultura avalia as ações desenvolvidas em relação aos seus objetivos.

R. Consulta a documentos internos disponíveis na Secretaria de Cultura, mediante agendamento, as segunda e quartas-feiras, das 9h às 16h. Telefone: 4336-8239. Endereço: Rua Bauru, 21 – Baeta Neves.

ANEXO III

16 de setembro de 2010

Relatório de ações do Departamento de Ação Artística e Cultural Secretaria de Cultura

A Secretaria de Cultura, sob a orientação do secretário Leopoldo Nunes, tem desenvolvido, durante o ano de 2010, ações baseadas na temática “**Cultura como Cidadania**”, inserida no contexto maior da Prefeitura de São Bernardo do Campo que é “**Governo da Inclusão**”. Preocupada em atingir a grande diversidade de público que a nossa cidade apresenta, o Departamento de Ação Artística e Cultural tem realizado um programa chamado **Ação Cultural nos Bairros**, que tem como objetivo principal proporcionar shows e outras atividades culturais em bairros mais afastados do centro.

É fundamental ressaltar que outras atividades já realizadas pela Secretaria de Cultura durante todo o ano tiveram grande repercussão, como foi o caso da **Mostra Internacional de Teatro para Bebês**, realizado no Teatro Elis Regina. Todas as sessões tiveram casa lotada e surgiu a necessidade de ampliar o projeto para o ano de 2011.

Outro exemplo importante foi a **Semana de Povos Indígenas**, que teve como objetivo estreitar o acesso da população com a cultura indígena e propiciar a inclusão dos índios na política cultural da cidade. Para isso, foram realizadas palestras, exposições e um fórum. O resultado disso foi a elaboração de um documento, que foi entregue ao Prefeito Luiz Marinho, e a indicação para que a cidade de São Bernardo do Campo seja sede da próxima Olimpíada Indígena a ser realizada no ano de 2011.

O **Encontro Popular de Bonecos** foi outra ação importante realizada pela Secretaria. Este encontro de caráter nacional de teatro de Mamulengo proporcionou o encontro da população com este tipo de linguagem oferecendo oficinas e peças teatrais, além de formar profissionais na cidade, instituindo São Bernardo do Campo como pólo referencial da linguagem. Posteriormente foi solicitado aos grupos que realizassem encontro semelhante no SESC.

Uma ação pioneira no município neste ano de 2010, foi o lançamento de 8 editais públicos pela Secretaria de Cultura. Ação essa que vem alavancar a política de implantação de **lógica pública** e que além de implantar um modelo de atuação das atividades culturais na cidade, mantêm e amplia o cadastro de grupos artísticos no município. Possibilitando assim, por exemplo, o convite para 3 grupos da cidade se apresentarem juntamente com uma grande atração musical.

Essas ações geram benefícios para o município gerando e ampliando o reconhecimento dos grupos locais e regionais.

Editais lançados no ano de 2010:

- ✓ Credenciamento de Grupos Artísticos nas Áreas de Dança, Teatro, Circo e Música;
- ✓ Credenciamento de Arte-Educadores nas Áreas de Artes Cênicas, Música, Artes Plásticas e Visuais, Artes Audiovisuais, Literatura e Linguagem, Memória e Patrimônio Material e Imaterial, Cultura Urbana, Cultura Digital e Gestão de Cultura;
- ✓ Concurso Literário;
- ✓ Contação de Histórias como Processo de Incentivo à Leitura;
- ✓ Residência Artística na Câmara de Cultura Antonino Assumpção;
- ✓ Valorização de Iniciativas Culturais – VAI SBC 2010;
- ✓ Pontos de Cultura;
- ✓ Agentes de Leitura.

A Secretaria de Cultura tem realizado o programa de apoio à criação de pontos de exibição audiovisual nos bairros periféricos com mostras de filmes nacionais, que são os chamados **Cineclubes**. Atualmente são 26, porém se tornarão 54 pontos.

Sob a mesma temática de inclusão e ter a cultura como cidadania, temos a realização e ampliação de **Oficinas Culturais**, que visa levar a formação cultural aos bairros e atingir onde não há qualquer atividade de formação; temos também a reorganização do **Centro Livre de Música** que tem a intenção de tornar o ensino de música referência nacional. Para isso a Secretaria conta com o Maestro Júlio Medaglia como coordenador do projeto e também como o maestro responsável pela **Orquestra Filarmônica**.

Atualmente somente o Centro Livre de Música está implantado, mas nessa mesma orientação temos projetos para o **Centro Livre de Formação Audiovisual**, **Centro Livre de Artes Cênicas**, **Centro Livre de Artes Visuais** e **Centro Livre de Literatura**.

Redes Sociais

Em 2010, a Secretaria de Cultura a fim de ampliar os meios de comunicação e contato com o público para a divulgação de suas atividades ativou as Redes Sociais, que são pessoas ou organizações conectadas a um ou vários tipos de relações. Uma das características mais importantes das redes sociais é a possibilidade de contato e relacionamento horizontal e não hierárquico.

As redes usadas pela Secretaria são **Facebook**, que conta hoje com 311 contatos, **Twitter** com 556 contatos e **Flickr**, site de divulgação de fotos das atividades.

Divisão de Fomento e Difusão

- ✓ Cineclubes (54) + Cultura;
- ✓ Festival Metropolitano de Cinema Independente;
- ✓ Mostra de Cinema Brasileiro;
- ✓ Loucos pela Diversidade;
- ✓ Festival de Música Instrumental;
- ✓ Festival de Viola;
- ✓ Festival de Rock Independente;
- ✓ Samba da Minha Terra;
- ✓ Mostra Internacional de Teatro para Bebês;
- ✓ Cult Circuito;
- ✓ Mostra de Bonecos e Formas Animadas;
- ✓ Encontro Popular de Bonecos;
- ✓ Pontinhos de Cultura (+ Pontos de Brincar) + Cultura;
- ✓ Pontos de Cultura;
- ✓ Programa de Difusão e Aquisição de Acervo Pinacoteca (+ Catálogo Pinacoteca);
- ✓ Salão de Arte Contemporânea;
- ✓ Prêmio Estímulo de Artes Visuais;
- ✓ VAI - Valorização de Iniciativas Culturais);
- ✓ Arte a Céu Aberto;
- ✓ Espaços + Cultura;
- ✓ Mês da Mulher;
- ✓ Semana LGBT;
- ✓ Consciência Negra (programação voltada para o mês);
- ✓ Aniversário do Riacho Grande;
- ✓ Semana de Povos Indígenas;
- ✓ Olimpíadas indígenas;
- ✓ Feira Muitos Povos Uma Cidade;
- ✓ Projeto Férias;
- ✓ Vale Cultura;
- ✓ Residência Artística;
- ✓ Virada Cultural 2010.

Tem como principal tarefa a ação republicana e cidadã no que tange ao acesso da população aos bens culturais, locais, regionais e nacionais, como um direito de cada cidadão, assim como o são os direitos à educação, saúde e habitação.

Conceito ampliado de Cultura, gestado e desenvolvido ao longo dos oito anos de governo Lula, implica numa reelaboração conceitual do papel da administração pública, de mero gestor de fundo público destinado a práticas culturais, a uma concepção da cultura como fator de transformação e emancipação que, a partir do tripé produção simbólica, cidadania e economia da cultura, cria condições para uma efetiva política pública, que garante a diversidade cultural e programas de estímulo e desenvolvimento das artes.

Principais eixos:

Colocar em destaque plano manifestações relegadas a um segundo plano em políticas públicas de gestões anteriores, garantindo pleno direito de expressão, a diversidade e democratização. Eixo que tem como base a Cidadania Cultural atende manifestações de Cultura Popular, Afro-Descendente, Indígena, LGBT, Hip Hop.

Mês da Mulher

Descrição: Programação intersecretarial que no mês de março adensou a reflexão da questão da mulher. Tal programação, produzida foi composta de shows descentralizados – Leci Brandão, Céu e Mart’Nália.

Parceria com a SEDESC – Secretaria de Desenvolvimento Social

Objetivos: Atender a população que se utiliza dos programas da SEDESC através de ações culturais específicas em cada segmento: moradores de rua, crianças em situação de risco, etc.

V Semana dos Povos Indígenas

Descrição: Programação iniciada há 05 anos composta por apresentações artísticas, ciclo de palestras e debates e I Fórum Indígena de SBC apresentou e debateu questão indígena, sob diversos pontos de vista. Desta programação resultaram: um Documento de demandas Indígenas geradas pela discussão do Fórum; a participação de SBC na Edição deste ano da Mostra de Cinema e Vídeo “Vídeo-Índio Brasil” e a possibilidade da cidade sediar em outubro do ano que vem a XI Edição dos Povos Indígenas.

Ações ao Universo Hip Hop

Descrição: Fóruns de debate em parceria com o Forum Hip Hop em 04 escolas públicas da cidade. Oficina dos 4 elementos com duração de 01 ano com o MC Afro-X, que incentiva a formação de grupos e resultará num CD com as músicas desenvolvidas ao longo da oficina. Criação de circuito cultural descentralizado pela cidade, que garanta o acesso da população à uma produção cultural de qualidade, a manifestação da diversidade cultural do município, a capitalização dos produtores locais.

Esta linha de ação implica encarar a difusão cultural para além dos equipamentos consagrados, como os teatros e centros culturais, construindo novas formas de ação, articuladas às comunidades e grupos sociais pela base.

Mostras Culturais nos Bairros

Descrição: Desde o início do ano, a Secretaria de Cultura tem realizado shows que mesclam artistas locais, credenciados no Edital de Credenciamento de Grupo e artistas consagrados, atingindo cerca de 20 Bairros e mais de 15 mil pessoas.

Dificuldade: Falta de Transporte e de funcionários para realização de uma mediação mais qualificada junto a população atingida.

Teatros nos Bairros

Descrição: Ação de difusão artístico-cultural realizada em espaços alternativos (ruas, praças, salões) voltada a linguagem teatral infantil e formação de público.

Investimento:

Dificuldade: Falta de Transporte e de funcionários para realização de uma mediação mais qualificada junto a população atingida.

Projetos Especiais

Descrição: Tais projetos constituem-se de Mostras de Teatro (Mostra de Teatro de Mamulengos e Teatros Populares, Mostra de Teatro para Bebês), Cinema (29ª Mostra de Cinema Brasileiro), Programação Regular de Música nos Parques, Virada Cultural, Ações Culturais Voltadas ao Público Jovem (Hip Hop), Ciclos Culturais Temáticos (Mês da Mulher e V Semana dos Povos Indígenas).

Mostra de Teatro de Mamulengos e Teatros Populares

Descrição: Constituída por atividades de difusão e formação cultural, no Parque Cidade das Crianças e bairros periféricos da cidade, esta mostra reuniu os mais importantes mestres de mamulengo e teatro popular brasileiro que aconteceu nos meses de abril a maio.

Dificuldades: Hospedagem e custos com o traslado dos mestres para São Bernardo do Campo.

Mostra de Teatro para Bebês

Descrição: Mostra teatral que ocorreu no mês de agosto com grande repercussão midiática e de público, trouxe de forma inédita e pioneira a pesquisa de dois dos mais importantes

grupos teatrais que pesquisam a didática e a linguagem teatral voltada a criação de espetáculos para crianças de 3 meses a 5 anos

Dificuldades: parceria mais efetiva com a Secretaria de Educação

29ª Mostra de Cinema Brasileiro

Descrição: Tradicional mostra de cinema brasileiro que acontece há 30 anos no município, oferece ao público do Grande ABC um panorama da mais recente produção cinematográfica nacional. Este ano, pela primeira vez, acontece de forma descentralizada através da rede de cineclubes da cidade.

Dificuldades: Problemas com o tradicional lócus desta ação – o teatro Cacilda Becker - que impossibilitou o uso do projetor de 35 mm. Problemas com o ECAD.

Mostra de Cultura Popular Tradicional

Descrição: Mostra cultural que promoveu a circulação da produção artística de grupos de cultura populares tradicionais sediados na cidade. Este foi o primeiro passo rumo à identificação das demandas e criação coletiva de uma política pública de cultura voltada ao atendimento das demandas deste seguimento.

Programação Regular de Música nos Parques

Descrição: Programação musical que acontece de forma regular no Parque Engenheiro Salvador Arena e Parque Città di Maróstica que visa apresentar o que há de novo na produção musical brasileira, além de trazer artistas brasileiros consagrados. Uma opção de lazer e fruição cultural gratuita e de qualidade ao público da cidade.

Dificuldades: Necessidade de aporte financeiro maior.

Ações Culturais Voltadas ao Público Jovem

Descrição: Desde o início deste ano, a Secretaria de Cultura iniciou, primeiramente, com a *communitas* do Hip Hop um conjunto de ações que visam fortalecer e fomentar todos os elementos culturais que fazem parte desta “comunidade cultural”.

Neste sentido trouxemos e realizamos os seguintes eventos – Afrika Babaata (abril); lançamento do CD do Grupo Ordem Própria com a presença de Gog, Realidade Cruel, DiMenó, Alvos da Lei e Nuno Mendes (maio); Aniversário de 25 anos da Back Spin Crew com a presença de Gaspar, Thaíde, DJ Hum e Fernandinho Beat Box (setembro). Até o final do ano, esta ação será estendida a outras *communitas*, no caso o multifacetado universo cultural do Rock.

VAI SBC

Descrição: O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI SBC, visa fornecer apoio financeiro, por meio de premiação, a atividades artístico-culturais do Município de São Bernardo do Campo e estimular a criação, o acesso, a formação e a participação do pequeno/médio produtor e criador no desenvolvimento cultural da cidade, promover a inclusão cultural e estimular dinâmicas culturais locais e a criação artística em diversas áreas.

Exposições na Pinacoteca

Descrição: Curadoria de exposições temáticas na Pinacoteca e em outros espaços expositivos da cidade.

Objetivos: Divulgar a produção de artistas visuais contemporâneos nas mais diversas linguagens e suportes.

Público atendido: alunos das oficinas culturais, artistas da cidade e região e público interessado em geral.

Residência Artística na Câmara de Cultura

Descrição: O projeto da Cia.Mundu Rodá foi selecionado através de edital público realizado pela Secretaria de Cultura e já está em andamento, realizando diversas atividades culturais na Câmara de Cultura.

Credenciamento de Grupos Artísticos

Descrição: Foi realizado um edital de chamamento público para credenciar grupos que têm interesse de se apresentar na cidade. Foram credenciados por volta de 170 (cento e setenta) projetos que formam um banco de dados, ficando disponível para a Secretaria de Cultura realizar o agendamento de apresentações.

Festival de Música Instrumental e de Viola

Instrumental: Festival de cunho nacional (apresentação e workshops master class). Busca dar visibilidade para o município como multiplicador da música instrumental, reconhecimento dos músicos selecionados e acesso da população à música de qualidade.

Dificuldades: Projeto não aprovado até o momento na CNIC, dificuldades em patrocínio.

Viola: Festival de cunho nacional (apresentação concurso violeiros, gravação de CD e DVD do festival). Busca dar visibilidade para São Bernardo como multiplicador da música de viola, reconhecimento e visibilidade dos músicos selecionados, acesso da população ao concurso e à música de qualidade (transmissão de TV).

Dificuldades: Projeto não aprovado até o momento na CNIC, dificuldades em patrocínio.

Convênios

Modernização de Bibliotecas

Descrição: Ações previstas para o convênio: Implantação de 29 pontos Cine Mais Cultura, 29 Pontinhos de Cultura, 20 pontos de Leitura, Modernização de 05 bibliotecas, cinco telecentros e 1 kit modernização.

Situação: fomos informados pela Sra. Adriana, da SAI, que em razão de problemas do sistema de convênios, SICONV, não foi possível àquela Secretaria a efetivação dos ajustes feitos na proposta, não existindo nenhuma pendência a regularizar por parte da prefeitura. Previsão de crédito para novembro.

Espaços Mais Cultura

Descrição: Espaço multiuso com Cineteatro, Ponto de Cineclube, salas de Oficinas Culturais, Biblioteca, área de convivência e Pontinho de Cultura (voltado para a infância com práticas recreativas e lúdicas à partir da ótica da arte e da cultura).

Espaço + Cultura I

Espaço + Cultura II

Cineclubes

Descrição: Ação de difusão artístico-cultural que visa a criação de espaços e circuitos alternativos de cinema bairro periféricos da cidade. Tais espaços são/serão usados como “ponta de lança” para futuras ações culturais da Secretária de Cultura em outras linguagens artísticas. São 26 cineclubes devidamente equipados.

Dificuldades: Falta de Transporte e de funcionários para realização de uma mediação mais qualificada junto a população atingida.

Pontos de Cultura

Descrição: Convênio firmado entre o Ministério da Cultura e a Prefeitura para a implantação de 15 (quinze) Pontos de Cultura, através do apoio a projetos de entidades sem fins lucrativos, de caráter cultural ou com histórico de atividades culturais comprovadas. Essas instituições devem ter atuação comprovada em produção artístico-cultural há pelo menos dois anos, contribuindo para a inclusão social e para a construção da cidadania, seja através da geração de emprego e renda, seja por meio de ações de fortalecimento das identidades culturais.

Divisão de Formação:

- ✓ Centro Livre de Formação Audiovisual;
- ✓ Centro Livre de Música (reorganização);
- ✓ Centro Livre de Artes Cênicas (implantação);
- ✓ Centro Livre de Artes Visuais (implantação);
- ✓ Centro Livre de Literatura + Tantas Letras!;
- ✓ Escola de Circo (implantação);
- ✓ Oficinas Culturais;
- ✓ Festival Conesur (Animação);
- ✓ Orquestra Filarmônica;
- ✓ Reestruturação da Banda Municipal;
- ✓ Bolsas Artísticas;
- ✓ Intercâmbio 7 Cidades (Consórcio);
- ✓ Projeto Guri.

Oficinas Culturais

Descrição: oferecer atividades de formação de iniciação em artes cênicas, música, dança e artes plásticas e visuais em suas diversas modalidades. Ação essa que é a coluna vertebral da nossa política de intervenção cultural para a democratização do acesso à formação artística na cidade. Formação que abre portas à inclusão cultural, à produção artística, ao fortalecimento dos vínculos sociais e, mais importante, à noção de pertencimento com relação à cidade.

QUADRO COMPARATIVO DAS OFICINAS CULTURAIS 2008-2010

	2008		2009		2010	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
Nº DE ESPAÇOS PRÓPRIOS	7	7	6	3	4*	4*
Nº DE ESPAÇOS DA SOCIEDADE CIVIL e EMEB's	1	3	3	6	17	20
Nº DE ATIVIDADES OFERECIDAS	69	52	63	47	91	97
Nº VAGAS OFERECIDAS	1.485	1.597	1.341	1.072	3.142*	3.158*
Nº DE ATENDIDOS	não consta registros na seção	2.653*	2.625*			

*** EMAEI PAULO BUGNI**

Considerar a inclusão das atividades da EMAEI Paulo Bugni que eram geridas pela Secretaria de Educação.

Vagas 1º semestre:

1.292

Vagas 2º semestre:

1.128

Pontos positivos: Como podemos observar no quadro acima, alteramos a nossa forma de atuação proporcionando a participação da sociedade civil e trabalhando alinhados com a política de descentralização das nossas atividades em muitos bairros que antes nunca foram atingidos por meio de nossas ações culturais. Conseqüência disso, ampliamos o número de atividades/vagas oferecidas.

Dificuldades: transformação de Departamento de Ações Culturais ligado a Secretaria de Educação para uma SECRETARIA de Cultura. Nossa estrutura hoje ainda é de departamento, não houve nenhuma ampliação de quadro de pessoal, equipamentos, etc.

Orquestra Filarmônica Vera Cruz

Descrição: De nível internacional, sob a regência do Maestro Júlio Medaglia, contará com a participação de músicos estrangeiros e brasileiros com reconhecimento artístico comprovado. A orquestra tem como objetivo disseminar a linguagem musical erudita para todos os públicos, realizando um trabalho importante de formação de platéia e referenciando um processo de excelência na região metropolitana de São Paulo.

Pendências: Contrato com TV Cultura para o programa Prelúdio

Projeto para aprovação da Lei Rouanet (fase final de elaboração do projeto, para apresentação para análise do MinC em outubro).

Centro Livre de Música

Descrição: oferece curso multidisciplinar de música dividido em módulos semestrais que vão desde a alfabetização musical ao nível avançado da prática de instrumento e/ou canto. Promove a formação musical, a capacitação e acesso ao desenvolvimento criativo e a pesquisa em música, tendo como público alvo crianças, jovens e adultos do município de São Bernardo do Campo.

- ✓ Falta de equipe administrativa (inclusive de coordenação local)
- ✓ Falta de instrumento
- ✓ Falta de espaço físico
- ✓ Falta de manutenção no espaço

- ✓ Falta de manutenção nos instrumentos e equipamentos
- ✓ Instrumentos e outros bens ainda não patrimoniados (Sociedade Amigos das Artes)
- ✓ Pendência: Lei Rouanet

Restauração do Busto de Giovanni Breda

Descrição: O Busto de Giovanni Breda, de autoria de Jerez Recalde, foi inaugurado a visitação pública na década de 70 na Praça Giovanni Breda, Bairro Assunção. Um monumento em praça pública é um instrumento pelo qual a coletividade reconhece a importância de um cidadão ou de um grupo de cidadãos. O Busto em questão estava avariado há alguns anos e sua restauração foi efetivada em 30/julho/2010 pelo artista plástico Márcio Fidelis.

Pendência: reinaugurá-lo.

Ponto positivo: indicativo do início de uma política pública de restauração dos monumentos da cidade.

Centro Livre de Artes Visuais

Descrição: a proposta é de se criar um centro de referência com atividades de formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento da prática das artes visuais.

Há um projeto em elaboração pelo renomado artista plástico Carlos Fajardo para nossa análise a ser entregue até a segunda quinzena de setembro.

Pendência: falta de instalação apropriada (prédio está passando por reforma).

Centro Livre de Artes Cênicas

Descrição: a proposta é de se criar um centro de referência com atividades de formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento da prática das artes cênicas.

Pendência: falta de definição de projeto pedagógico e reforma do espaço da sede (Centro Cultural do Baeta Neves).

Edital de Credenciamento de Arte Educadores

Descrição: Este edital visa o credenciamento de interessados em prestar serviços para ministrar oficinas, workshops e outras atividades de formação artístico-cultural para a Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo em espaços públicos da cidade e espaços disponibilizados por parceiros, com acesso gratuito à população de todas as faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos).

Pontos positivos: O lançamento do edital superou nossas expectativas quanto ao número de inscritos. Muitos profissionais se inscreveram totalizando 674 inscrições, sendo 397 aprovados. Importante destacar que participaram do edital, pessoas oriundas da cidade de São Paulo e interior do estado. Mas não foi apenas a quantidade de projetos inscritos que nos surpreendeu, a qualidade destes foi superior ao esperado. Com o edital tivemos a oportunidade de abrir o nosso leque e conhecer profissionais especializados nas mais diversas linguagens culturais.

Dificuldades: Por ser o primeiro edital elaborado para o credenciamento de arte-educadores ocorreram algumas falhas, tais como: foi elaborado em um dia apenas pelas chefias e encarregadorias (não houve tempo hábil para permitir a participação dos funcionários), falta de organização no fluxo de recebimento e cadastramento dos projetos.

Sugerimos que nos próximos, seja criado um grupo de trabalho com os funcionários da Secretaria de Cultura que será responsável do começo ao fim por este programa.

Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Descrição: a Secretaria de Cultura é participante do Grupo de Trabalho de Cultura do Consórcio Intermunicipal Grande ABC que reúne representantes do poder público das 7 cidades da região e que tem como objetivo, formular e propor programas e projetos a serem implementados regionalmente.

Ponto positivo: na alternância da coordenação deste GT, nosso município ocupa a função de coordenador a partir do mês de agosto pelo período de um ano.

Dificuldades: a nossa Secretaria não tem equipe responsável pela elaboração de uma proposta de atuação a nível regional.

Projeto Guri

Descrição: Projeto do Governo do Estado de São Paulo que, por meio de um Contrato de Gestão com a Associação Amigos do Projeto Guri e de um convênio (convênio nº 154/2009-SEC, vencido em 06/maio/2010) com o município, ofereceu até o final de junho/2010 atividades de música (cordas, madeiras, metais, percussão, coral) para crianças de 8 a 18 anos.

Pendências:

- ✓ Solicitar a imediata retirada de todos os instrumentos e equipamentos pertencentes a Associação Santa Marcelina (hoje gestora dos pólos do Projeto Guri), pois há umidade no local que poderá danificar os instrumentos e a responsabilidade pelos danos recair sobre a nossa Secretaria.

- ✓ Decidir o mais breve possível se o espaço será utilizado para outros fins por esta Secretaria, pois há um contrato de aluguel em andamento e precisamos dar um retorno para a SA.

Banda Sinfônica Municipal

Criada em 1974 a Banda Sinfônica é um importante patrimônio cultural de nossa cidade. Até 2009 a corporação era composta por 35 músicos e um regente, sendo 14 estatutários e 21 contratados através da Sociedade Amigo das Artes, antigo convênio que mantinha também a Orquestra Filarmônica.

Suas atividades eram divididas em apresentações para atos oficiais, concertos didáticos, festivais, apresentações mensais nas praças da cidade, além de solicitações da sociedade civil.

No início de 2009 com a não renovação do convênio, optou-se por recontratar os músicos através do regime CLT por um período determinado que expirou em fevereiro de 2010. Foi procurado o RH para uma possível renovação e foi orientado que este tipo de contratação se aplica apenas a situações emergenciais, que não é o caso da banda.

Ainda em 2010, a corporação perdeu mais dois músicos por aposentadoria e atualmente conta com 13 músicos incluindo o regente, sua formação ideal é de 35. Este quadro além de comprometer artisticamente o trabalho, restringe as apresentações a concertos didáticos para EMEBs e a pequenos eventos com um repertório mínimo.

Infelizmente esta situação faz declinar a convites importantes, como o Desfile Cívico e a Procissão dos Carroceiros e ainda abrir mão de uma importante e habitual programação que são as apresentações nas praças públicas.

Atualmente há um desgaste entre os músicos remanescentes e a coordenação da secretaria, muito em função da redução das horas extras e das condições de trabalho.

Em 2010, até o momento, foram 21 apresentações.

Sugestões:

- 1ª Contratação de músicos através da Fundação Pierino Massenzi em regime CLT
- 2ª Convênio com cooperativa de músicos
- 3ª Concurso público para músico estatutário

Limitações

Aprovada ao final do ano de 2009, a Secretaria de Cultura teve seu surgimento e reconhecimento no ano de 2010. Embora a equipe ainda não esteja completa, o que limita as ações da Secretaria de Cultura e exige mais empenho dos funcionários que a ela compõe, tem-se conseguido grandes avanços e reconhecimento do público notadamente percebido nos eventos, até agora oferecidos, à população de São Bernardo.

Nos relatos de munícipes pode-se encontrar o reconhecimento das atividades até nas áreas mais afastadas do centro da cidade como é o caso do Núcleo Santa Cruz.

Para alavancar e atender a todas as demandas encontradas nos relatos do público em geral, artistas e produtores, a Secretaria de Cultura conta com um número reduzido de profissionais que vão desde auxiliares de limpeza ao corpo diretivo da Secretaria. Sendo necessária a ampliação de funcionários, frota de carros, equipamentos tecnológicos e sinais de internet, além do serviço de divulgação como, por exemplo, carros de som e site.

A Secretaria de Cultura ainda conta com demandas e imprevistos de seu prévio planejamento, como é o caso da solicitação feita por Simone Massenzi Savordelli, representante dos netos de Pierino Massenzi, que solicita autorização para utilização de espaço público das praças do Paço Municipal, além da publicação de documentação da análise das obras, entrevistas e outros de Pierino Massenzi.

Outros exemplos como este podem ser citados de comum imprevisto orçamentário e de planejamento. Orçamento esse ainda indefinido para toda a equipe que compõe a Secretaria de Cultura, impossibilitando assim o prévio agendamento de suas ações, acarretando assim a dificultosa divulgação das mesmas.

- Falta de pessoal

Administrativo: falta de procedimentos, regras claras e agilidade no trâmite de autuação, reserva, empenho, pagamento de processo e requisição de compras junto a SA. Foram encaminhados para a autuação os processos para a contratação de nossas atividades com no mínimo 30 dias do início de cada atividade. Entretanto, a maioria dos processos não retornou com a nota de empenho. O que ocorre no momento é que esses processos irão retornar efetuarmos a troca do cronograma de atividades. É uma situação difícil para nós, pois há um compromisso firmado com o profissional contratado, local em que será desenvolvida a atividade e, principalmente, com o munícipe. Esses problemas aqui relatados tem desmotivado (e muito!) os

funcionários que cumpriram com suas obrigações dentro de um planejamento desenvolvido em conjunto com chefia e encarregado.

Agente Cultural e Analista de Cultura: proposição e planejamento das ações, acompanhamento e avaliação das atividades em desenvolvimento, divulgação, entre outras atividades correlatas.

Oficial Administrativo: trabalhos burocráticos afetos a função, tais como, atuação de processos, elaboração de memorandos, ofícios, cotas de empenho, pagamentos, requisições de compra, entre outros.

Auxiliar de Limpeza: falta de profissionais para a realização da limpeza dos espaços culturais (por exemplo, Pinacoteca, Centro Livre de Artes Visuais).

Ajudante Geral: todo transporte de materiais, tais como, cadeiras, mesas, armários, lousa, instrumentos, equipamentos de som, colchonetes, etc. tem sido feitos por agentes, analistas e auxiliares de limpeza.

Motorista: falta de motorista para transportar pessoal e equipamentos para o desenvolvimento das atividades da Secretaria.

- Infraestrutura

Computadores e Impressoras: obsoletos (dificuldade de conserto junto ao DTI demora no atendimento ou sem atendimento).

Carros: para transportar pessoal e equipamentos para o desenvolvimento das atividades da Secretaria. Muitas ações de nosso planejamento são canceladas por não possuir transporte.

Móveis e Equipamentos: os móveis da Secretaria de Cultura estão muito obsoletos e em péssimas condições de uso (as cadeiras, por exemplo, estão com encostos, pé quebrados, tecidos rasgados prejudicando a saúde dos funcionários), número reduzido de aparelhos de som (demora de conserto junto ao setor competente); inexistência de computadores com softwares especializados para atividades de formação na área de artes visuais; dificuldade e falta de orientação para a compra de materiais específicos, como prensa para gravura, móveis e equipamentos para o laboratório de fotografia junto a SA. Na Pinacoteca existem mesas, gaveteiros e outros equipamentos novos que não estão em uso.

Divulgação: As dificuldades junto a Secretaria de Comunicação e o nosso próprio Serviço de Divulgação vem se desenrolando há tempos. Entretanto, nesse ano, principalmente no segundo semestre, ocorreram problemas graves para a divulgação de nossas atividades resultando no cancelamento de oito oficinas culturais por falta de público. Além disso, nem todas as peças de divulgação solicitadas (como por

exemplo: folder explicativo, outdoor, quantidade de faixas entre outros) foram atendidas. E aquelas que tiveram aprovação foram entregues atrasadas, comprometendo todo o planejamento elaborado pela equipe, resultando no não cumprimento da meta estipulada.

Guia da Cidade: encaramos como positivo o fato de termos uma publicação mensal em que constam todas as atividades da cidade. No entanto, acreditamos que é preciso rever alguns critérios como a inserção de atividades da nossa cidade em parceria com outras cidades dentro e fora do nosso município (por exemplo: porque não incluir a programação realizada pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e Revelando São Paulo uma vez que nossa cidade é participante destas programações?). Outra sugestão é que antes de enviar o guia para impressão é de extrema importância que cada Secretaria desta prefeitura receber o *boneco* para revisão, pois tivemos casos que a matéria de determinada atividade (Tanta Letras!, por exemplo) não estava escrita adequadamente.

Registro das atividades: é importante o registro das atividades. Fazemos por conta própria, mas temos a consciência que é fundamental para a história da cidade e desta administração o registro de suas realizações.

- Instituições Parceiras

Percebemos que neste segundo semestre as instituições parceiras, tais como as Associações Amigos de Bairro, não se envolveram o necessário para a propagação das atividades de formação. No dia das inscrições algumas das instituições não acompanharam o processo, apenas abriram a sede e alegaram que iriam fazer campanha eleitoral, não deixando nenhum representante da instituição. Marcamos reuniões para discutirmos os procedimentos para a realização das atividades e a maioria também não compareceu pelos mesmos motivos. Além disso, a limpeza e manutenção do espaço (tivemos que cancelar duas oficinas no Conselho Jesus de Nazaré/Ferrazópolis por falta de limpeza, sendo que foi conversado com o responsável diversas vezes). Estamos com dificuldade também no acompanhamento e abertura do local no horário certo, muitas instituições não acompanham as aulas e/ou abrem o local atrasado, causando mal estar para o professor e para a nossa Secretaria dando a impressão de desorganização, desleixo e pouco caso diante de professores e alunos. Essa situação acaba desestimulando os alunos e muitos acabam desistindo da oficina. Acreditamos ser de extrema importância o comprometimento de todas as instituições parceiras, pois são seus líderes que possuem contato com a comunidade e poder de persuasão e conscientização do munícipe da relevância da cultura fazer parte da sua vida. Nossa meta é que cada

instituição administre suas próprias atividades culturais e a Secretaria de Cultura seja um suporte (como por exemplo: contratação de profissionais e materiais específicos), pois não é papel da nossa Secretaria ser uma instituição assistencialista.

Plantões

Descrição: a Secretaria de Cultura possui uma grade de programação e ações que acontecem no período noturno e aos finais de semana e que necessitam de um acompanhamento e apoio de funcionários preparados para tal.

Dificuldades: aumento sensível do número de plantões a partir da criação da Secretaria e redução do quadro de funcionários aptos a realizá-los.